



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUÍS GUSTAVO DA COSTA PEREIRA

**A PRÁTICA DOCENTE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA PENITENCIÁRIA FEMININA  
DE ABREU E LIMA EM PERNAMBUCO: LIMITES E POSSIBILIDADES**

RECIFE

2023

LUÍS GUSTAVO DA COSTA PEREIRA

**A PRÁTICA DOCENTE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA PENITENCIÁRIA FEMININA  
DE ABREU E LIMA EM PERNAMBUCO: LIMITES E POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.  
Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Regina Barbosa

Recife

2023

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Bruno Márcio Gouveia, CRB-4/1788

P436p

Pereira, Luís Gustavo da Costa

A prática docente da educação física na penitenciária feminina de Abreu e Lima em Pernambuco : limites e possibilidades / Luís Gustavo da Costa Pereira. – 2023.

104 f.

Orientadora: Profª. Dra. Márcia Regina Barbosa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, 2023.

Inclui Referências.

1. Prática pedagógica. 2. Educação física. 3. Educação de jovens e adultos I. Barbosa, Márcia Regina (Orientadora). II. Título.

374 (23. ed.)

UFPE (CE 2023-055)

LUÍS GUSTAVO DA COSTA PEREIRA

**A PRÁTICA DOCENTE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA PENITENCIÁRIA FEMININA  
DE ABREU E LIMA EM PERNAMBUCO: LIMITES E POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.  
Área de concentração: Educação.

Aprovado em: 25/04/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Regina Barbosa (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Viviane de Bona (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria da Conceição Valença da Silva (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Alagoas - UFAL<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: 907, ano: 2023, tipo: ATA DE DEFESA DE DISSERTACAO, data de emissão: 22/05/2023 e o código de verificação: b5c931dc14

À minha família, principalmente, à minha esposa, Cecília, e aos meus filhos, Marina e Pedro, por incentivarem a conclusão desta pesquisa e por compreenderem a minha ausência dos momentos familiares.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas conquistas realizadas e pelo discernimento para concluir esta pesquisa.

Aos meus pais, João Pereira (*in memoriam*) e Aldinete Costa, pelo esforço de me proporcionar uma boa educação e por acreditarem nos meus sonhos.

À minha esposa, Cecília Pereira, pelo seu amor, carinho, incentivo, compreensão e colaboração nos diversos períodos em que estive ausente dos momentos familiares.

Aos meus filhos, Marina e Pedro, por serem a minha razão para estar buscando aperfeiçoamento profissional, para proporcioná-los uma vida com conforto.

Ao meu irmão, Fabrício Costa, por incentivar a minha escolha de ser professor e pelos ensinamentos para seguir na carreira acadêmica.

À minha orientadora, Professora Doutora Márcia Barbosa, por acreditar na minha proposta de pesquisa e pela confiança, orientação e dedicação durante todo o período de estudo.

Aos professores e colegas de turma, que tiveram paciência durante o mestrado no período ímpar que foi assistir aulas *on-line* durante a pandemia,

Aos servidores da Secretaria de Educação e Esporte e da Secretaria de Ressocialização do Estado de Pernambuco, que permitiram o meu acesso à escola na unidade prisional para o desenvolvimento desta pesquisa e por participarem desta investigação.

Ao colega de trabalho, Sérgio Noblat, pelo incentivo para a realização do mestrado e pela troca de experiências ao longo dos anos, e à Secretaria Municipal de Educação de Ipojuca, por permitir o meu afastamento das atividades laborais para a conclusão dos meus estudos.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa *Educação de Jovens e Adultos em Contexto de Privação de Liberdade* – EJACPL, pela troca de experiências ao longo do período de estudo.

Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto à indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, às suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face à tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento. (FREIRE, 1996, p. 47)

## RESUMO

O ambiente de privação de liberdade apresenta diversos cenários para as pessoas que adentram às prisões, várias regras devem ser seguidas, desde a entrada até a lotação da cela, além das hierarquias que precisam ser respeitadas. No entanto, uma perspectiva de recomeço surge quando o indivíduo com privação de liberdade encontra o caminho da escola, pois, através das práticas educativas, da troca do conhecimento e da oportunidade da vida escolar, surge um novo olhar nas alunas matriculadas, visto que a oportunidade de acesso à educação é um direito garantido. Por esse meio, buscam encontrar novas possibilidades de adquirir conhecimento e reduzir a pena, através da frequência escolar, utilizando a particularidade da remição pela Lei de Execução Penal. No ambiente escolar, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos está presente e diversos saberes escolares são apresentados por meio dos conteúdos diversificados, no intuito de promover o desenvolvimento integral do(a) aluno(a). O componente curricular Educação Física, presente na Proposta Curricular do Estado de Pernambuco, na área de Linguagens, propõe dar preferência à aprendizagem através da cultura corporal do movimento, possibilitando, nas aulas de educação física, a oferta dos seguintes objetos de conhecimentos: brincadeiras e jogos, esportes, danças, lutas, ginástica e práticas corporais de aventura. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender os limites e as possibilidades presentes na prática docente da educação física na Penitenciária Feminina de Abreu e Lima-PE. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e analítico, através de um estudo de caso. A unidade de investigação da pesquisa consistiu no acompanhamento da prática de um professor de educação física, com formação em Educação Física, lotado na Escola Estadual Irmã Dulce, instalada na Penitenciária Feminina de Abreu e Lima – Pernambuco/Brasil. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada e o diário de campo; já o tratamento dos dados foi realizado com o auxílio da Análise do Conteúdo Categrorial, desenvolvida por Bardin (2011). Após a análise dos dados, chegamos aos seguintes resultados em relação aos limites e possibilidades da prática docente: quanto aos limites, destacamos a restrição da quadra esportiva, as interferências da polícia penal na gestão da unidade escolar e na prática docente, a dificuldade de encontrar professor de educação física para ser lotado nas escolas situadas nas unidades prisionais e a oferta de vaga limitada para

matrícula de novas alunas, devido ao tamanho da escola; no que se refere às possibilidades, evidenciamos a presença da educação física escolar na escola inserida na unidade prisional, com aulas nos três turnos; a prática docente da educação física no horário noturno, com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos dentro da unidade prisional; atividades práticas da educação física, através do Trabalho de Conclusão Final; e a valorização das experiências das alunas, evitando julgamentos relacionados aos atos que as levaram à prisão.

**Palavras-chave:** prática docente; educação física; Educação de Jovens e Adultos; prisão.

## ABSTRACT

The environment of deprivation of liberty presents several scenarios for people who enter prisons, with various rules that must be followed, from entry to cell occupancy, in addition to the hierarchies that must be respected. However, a perspective of a fresh start emerges when individuals with restricted freedom find their way to school, because through educational practices, knowledge exchange, and the opportunity of school life, a new outlook emerges for enrolled students, as access to education is a guaranteed right. Through this means, they seek to find new possibilities for acquiring knowledge and reducing their sentence through school attendance, utilizing the particularity of remission under the Penal Execution Law. In the school environment, the modality of Youth and Adult Education is present, and various school knowledge is presented through diverse content, aiming to promote the integral development of the student. The Physical Education curriculum component, present in the Curricular Proposal of the State of Pernambuco, in the area of Languages, proposes to give preference to learning through the body movement culture, enabling the offer of the following knowledge objects in physical education classes: games and play, sports, dances, martial arts, gymnastics, and adventure sports. Therefore, this research aims to understand the limits and possibilities present in the teaching practice of physical education in the Abreu e Lima Women's Penitentiary in Pernambuco, Brazil. This is qualitative research of exploratory, descriptive, and analytical character, through a case study. The research investigation unit consisted of accompanying the practice of a physical education teacher, with a degree in Physical Education, stationed at the Irmã Dulce State School installed in the Abreu e Lima Women's Penitentiary. We used semi-structured interviews and field diaries as data collection instruments, while data processing was carried out with the help of Categorical Content Analysis developed by Bardin (2011). After analyzing the data, we arrived at the following results regarding the limits and possibilities of teaching practice: as for the limits, we highlighted the restriction of the sports court, the interference of prison officers in the management of the school unit and teaching practice, the difficulty in finding physical education teachers to be stationed in schools located in prison units, and the limited availability of spots for new student enrollment due to the size of the school; as for the possibilities, we emphasized the presence of school physical education in the school inside the prison unit, with classes in all three shifts, the teaching practice of physical education

at night, with the modality of Youth and Adult Education inside the prison unit, practical physical education activities through the Final Conclusion Work, and the appreciation of the experiences of the students, avoiding judgments related to the acts that led them to prison.

Keywords: teaching practice; physical education; Youth and Adult Education; prison.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Resultados das buscas – período 2010 – 2021.....	22
Quadro 02 – Horário da Escola Irmã Dulce - Prof.1 – Educação Física.....	43
Quadro 03 – Roteiro didático – Pré-análise.....	53
Quadro 04 – Roteiro didático – Exploração de Material.....	53
Quadro 05 – Roteiro didático – Tratamentos de dados e interpretações.....	54
Quadro 06 – Indicadores e identificação das unidades de contexto e de registro.....	55
Quadro 07 – Análise do conteúdo – categorias empíricas.....	68

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Unidades e categorias de registro.....	55
Figura 2 – Os limites e possibilidades da prática docente.....	72

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações  
CONFINTEA – Conferência Internacional sobre Educação de Adultos  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
PJPS – Penitenciária Juiz Plácido de Souza  
CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária  
SISDEPEN – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional  
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais  
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LEP – Lei de Execução Penal  
PPP – Projeto Político-Pedagógico  
ONU – Organização das Nações Unidas  
CNJ – Conselho Nacional de Justiça  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CEB – Câmara de Educação Básica  
SEE – Secretaria de Educação e Esportes  
SIEPE – Sistema de Informação da Educação de Pernambuco  
TCF – Trabalho de Conclusão Final

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	20
2.1 A realidade do estado da arte .....	20
2.2 A escola na unidade prisional .....	25
2.3 Educação de Jovens e Adultos no ambiente de privação de liberdade .....	31
2.4 A prática docente no sistema de privação de liberdade .....	34
2.5 Contextualizando a educação física escolar .....	38
3 METODOLOGIA .....	46
3.1 O local da pesquisa .....	47
3.2 Procedimentos da pesquisa .....	48
3.3 Instrumentos de coleta de dados .....	49
4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	57
4.1 Desafios da prática docente no sistema prisional .....	57
4.2 Reflexões teóricas e metodológicas para a prática docente .....	59
4.3 Constituição da prática docente na aula prática de educação física .....	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	70
REFERÊNCIAS.....	77
APÊNDICE A – TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	82
APÊNDICE B – CARTA DE ANUÊNCIA.....	86
APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE VÍNCULO.....	87
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO.....	88
APÊNDICE E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	90
ANEXO A – REPOSITÓRIO CAPES .....	93

ANEXO B – REPOSITÓRIO BDBTD .....	96
ANEXO C - UNIDADES E ESCOLAS PRISIONAIS .....	99

## 1 INTRODUÇÃO

A oportunidade de ser professor de educação física no contexto de privação de liberdade surgiu no nosso âmbito profissional no período entre 2010 a 2014, quando fomos aprovados na seleção pública simplificada, realizada pela Secretaria de Ressocialização de Pernambuco, para atuar no sistema prisional feminino de Pernambuco. Essa seleção contemplou os professores de educação física aprovados e selecionados para fazerem parte da equipe multidisciplinar da área da saúde nas unidades prisionais. Porém, é importante destacar que, durante a nossa formação no curso de Licenciatura Plena em Educação Física, não foram ofertados disciplina nem estágio específicos para atuação nesse local de trabalho.

Assim, ao sermos lotados na Colônia Penal Feminina do Recife e adentrarmos à unidade prisional, alguns sentimentos relevantes foram percebidos, dentre os quais angústia e medo, pois ficávamos nos perguntando como é ser professor de Educação Física numa unidade prisional com características tão específicas, como, por exemplo, cheiro fétido, espera entre grades, privação de liberdade, olhares reprimidos, entre outros. Após muita reflexão, assumimos as aulas de Educação Física e fomos compreendendo, durante a prática docente, os desafios que estavam por vir, como também os limites e as possibilidades do dia a dia de ser professor numa unidade prisional.

Exercemos o papel de professor de educação física em duas áreas, na unidade prisional: no setor da saúde, realizando atividades de ginástica laboral, no intuito de diminuir o sedentarismo e as queixas de dores, causadas pelo esforço repetitivo das presas no ambiente das fábricas existentes no interior da unidade prisional; e na área de educação, com o convite da diretora da Escola Estadual Olga Benário Prestes para ministrar aulas para as turmas da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (doravante, EJA), nos turnos matutino e vespertino.

Durante a realização do trabalho, estava a nossa inexperiência profissional e docente, bem como a falta de formação para a carreira docente de professor de educação física no contexto prisional. Com o passar do tempo, enquanto ministrávamos as aulas, buscávamos subsídios teóricos e cursos específicos voltados ao ensino nesse ambiente particular, porém a dificuldade de encontrar cursos de extensão e capacitações era evidente, restringindo a nossa participação

em cursos sobre a temática para apenas quando a Secretaria Executiva de Ressocialização ofertava. Já a política de formação continuada, que deveria ser realizada pela Secretaria de Educação, era inexistente.

O desenvolvimento da prática docente nos chamava mais atenção pelos desafios encontrados na escola, pois aquelas alunas procuravam uma mudança comportamental de vida, na busca de novos conhecimentos, e a partir das aulas de educação física utilizando o contexto da cultura corporal, proporcionava a elas o resgate de experiências vivenciadas na infância com os conteúdos – jogo, esporte, dança, luta e ginástica –, no intuito de dar significados à vida.

A unidade escolar estava vinculada à Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, considerando as diretrizes da época – Parâmetros Curriculares do Estado de Pernambuco –. A falta de materiais didáticos para a realização das aulas práticas da cultura corporal era semelhante às escolas fora daquele ambiente, mas a diretora da escola sempre estava presente para diminuir as dificuldades, tanto nas atividades práticas quanto na liberação das alunas para participarem das aulas de educação física no “pátio da escola” – fora das grades.

Todo esse processo nos fez questionar e buscar compreender a prática docente numa unidade prisional e, como professor de Educação Física, filtramos a temática para essa área de conhecimento, a fim de encontrar respostas para a seguinte pergunta de pesquisa: quais os fatores limitantes e as possibilidades que envolvem a prática docente da educação física na escola situada na unidade prisional da Penitenciária Feminina de Abreu e Lima, Pernambuco/Brasil?

Diante desse problema de pesquisa, o objetivo geral deste estudo é compreender os limites e as possibilidades presentes na prática docente do professor de educação física lotado na Escola Estadual Irmã Dulce na Penitenciária Feminina de Abreu e Lima, Pernambuco/Brasil. Em relação aos objetivos específicos, este estudo pretende: a) investigar os limites inerentes ao desenvolvimento da prática docente do professor de educação física na escola inserida dentro da unidade prisional; b) investigar as possibilidades existentes para a realização da prática docente de educação física na escola inserida dentro da unidade prisional; e c) valorar o papel do professor de educação física perante a realidade do componente curricular frente à escola no sistema prisional para alunas da modalidade EJA.

O percurso profissional deste pesquisador, dentro de uma unidade prisional, justifica as razões que levaram à escolha de pesquisar esta temática no Mestrado em

Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Quanto ao referencial teórico e a metodologia desta pesquisa, tratamos dos acessos e dos contextos teóricos, demonstrando como foi realizado o estudo de caráter exploratório, analítico e descritivo, e quais as plataformas foram consultadas, a saber: 1) Banco de Teses do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e 2) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD).

Com a utilização de palavras-chave (Prática Docente, Educação Física, Educação de Jovens e Adultos, Prisões) encontramos teses e dissertações relevantes à temática deste estudo. Após o cruzamento de filtros e a leitura dos resumos, os trabalhos por nós selecionados foram afinando. Realizamos uma sucinta discussão dos trabalhos que apresentaram maior conexão com o tema desta pesquisa e, ao final, compreendemos a importância do estado da arte na pesquisa acadêmica para subsidiar o pesquisador a trilhar um caminho de estudo.

Além disso, apresentamos o contexto da unidade prisional feminina de Abreu e Lima – Pernambuco/Brasil. Depois, os aspectos gerais da prática docente do professor de educação física, da escola inserida no sistema penitenciário e do histórico da educação física, destacando as particularidades de cada um deles, com o propósito de mostrar como ocorre o desenvolvimento da educação escolar na Penitenciária Feminina de Abre e Lima-Pernambuco.

Em seguida, apresentamos os aspectos metodológicos e o local no qual desenvolvemos a pesquisa. Para tanto, explicamos os procedimentos utilizados neste estudo, detalhando a pesquisa de campo, de caráter qualitativo, que consiste num estudo de caso, cujos procedimentos de geração de dados compreenderam a entrevista semiestruturada e a observação. Mais adiante, apresentamos como desenvolvemos a investigação no *locus* da pesquisa, momento em que descrevemos e detalhamos a real dimensão do objeto de estudo.

Por fim, realizamos uma análise em relação ao conteúdo exposto na fala do professor que participou deste estudo. Tratamos dos limites e possibilidades da prática docente da educação física no sistema prisional, trazendo a fundamentação teórica de outros pesquisadores da área, bem como as práticas docentes desenvolvidas pelo professor participante da pesquisa em sala de aula.

Em síntese, esperamos que esta pesquisa possa contribuir com o campo acadêmico e com o fim do descrédito da prática docente em escolas de unidades

prisionais, retirando-a da exclusão social para levá-la aos centros das discussões acadêmicas e sociais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O levantamento bibliográfico, uma das etapas iniciais de uma pesquisa, implica fazer um levantamento nas fontes existentes (periódicos, livros, jornais, repositórios digitais, entre outros meios de divulgação científica) sobre o assunto que pretendemos desenvolver a pesquisa. Através dele, são expostos os conhecimentos para a formulação do problema de pesquisa, bem como a construção dos subsídios teóricos; além de apresentar as teorias que defendem ou são contrárias às ideias apresentadas no campo de estudo escolhido pelo pesquisador.

### 2.1 A realidade do estado da arte

Com o advento da tecnologia, o levantamento bibliográfico ganhou amplitude. Através das ferramentas de busca, desenvolvidas em âmbito nacional e internacional e inseridas nos repositórios das universidades, utilizando a velocidade que a rede de internet disponibiliza pelos *uploads* e *downloads*, os pesquisadores começaram a ver suas produções ganharem cada vez maior alcance, possibilitando a realização de pesquisas no seu ambiente de estudo (casa, faculdade, universidade, ...) e, com isso, realizar o estado da arte ou do conhecimento. De acordo com Ferreira (2020), no final do século XX e início do século XXI, foi possível verificar um aumento das pesquisas denominadas “estado da arte” ou “estado do conhecimento”.

O estado da arte ou estado do conhecimento consiste na realização de um mapeamento de toda a produção acadêmica sobre um assunto específico, reunindo as conclusões que outras pesquisas científicas chegaram sobre determinado assunto. Segundo Ferreira (2020), essas pesquisas têm em comum o fato de se debruçarem sobre o desafio de

[...] mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas [...]. (FERREIRA, 2020, p. 258)

Com a finalidade de encontrar outros estudos e relacioná-los com a temática desta pesquisa – a prática docente da educação física no ambiente de privação de liberdade –, selecionamos os seguintes descritores: *prática docente*, *Educação de Jovens e Adultos*, *Educação Física* e *Privação de liberdade* – através dos

aprofundamentos dos estudos realizados acerca da temática de investigação.

As fontes de busca escolhidas foram as seguintes: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDBTD, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

Dando continuidade ao direcionamento das buscas, realizamos alguns cruzamentos entre os descritores, utilizando os operadores *booleanos*, a saber: Prática Docente *AND* Educação Física *AND* Educação de Jovens e Adultos *AND* Privação de Liberdade; Prática Docente *AND* Educação Física *AND* Educação de Jovens e Adultos; Educação Física *AND* Educação de Jovens e Adultos *AND* Privação de Liberdade; Educação Física *AND* Educação de Jovens e Adultos *AND* Privação de Liberdade.

A fim de direcionar as buscas, delimitamos os critérios de inclusão e exclusão: foram considerados como critérios de inclusão as teses e as dissertações publicadas no período entre 2010 e 2021, que tratassem, em seus resumos, sobre a temática da prática docente da educação física com a educação de jovens e adultos nas prisões ou a prática docente da educação física no ambiente de privação de liberdade. Definimos a última década como recorte temporal, devido à possibilidade de encontrar estudos recentes, no intuito de melhor compreender esta temática.

A escola no ambiente prisional tem como modalidade de ensino a EJA, e, também por esse motivo, escolhemos o recorte temporal delimitado de 2010-2021, devido à realização da *VI Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA)*, evento que ocorre a cada década e que aconteceu no Brasil, nos dias 1 a 4 de dezembro de 2009. Estima-se que, após um evento dessa magnitude, pesquisas sejam desenvolvidas e publicadas. Como a *VII CONFINTEA* não ocorreu durante o período da realização desta pesquisa, determinamos o prazo final até o ano 2021, devido ao período da pesquisa do mestrado.

Em relação aos critérios de exclusão, os trabalhos que não apareceram nas bases de dados escolhidas, as publicações internacionais, que nos seus resumos não atendessem à descrição metodológica e que tivessem como *lócus* da pesquisa realidades fora do ambiente prisional não foram incluídos na seleção aqui realizada. Então, chegamos ao seguinte quadro:

Quadro 1: Resultado das buscas – Período 2010-2021

ETAPAS	DESCRITORES	DISSERTAÇÕES E TESES
1º	Prática docente <i>AND</i> Educação Física <i>AND</i> Educação de Jovens e Adultos <i>AND</i> Privação de liberdade	Dissertações de mestrado: Bessil (2015); Sizanosky, (2019); Rosenau (2018); Duarte (2017); e Giongo (2021)
2º	Prática docente <i>AND</i> Educação Física <i>AND</i> Educação de Jovens e Adultos	Dissertações: Reis (2019); Barros (2016) e Alves (2018); Rocha (2018); Albuquerque (2020); Castro (2017); Mineiro (2020); Deus (2014); e Alves (2018). Tese: Pereira (2013)
3º	Educação Física <i>AND</i> Educação de Jovens e Adultos <i>AND</i> Privação de liberdade	Dissertação: Barros Filho (2014)
4º	Prática docente <i>AND</i> Educação Física <i>AND</i> Privação de liberdade	Dissertação: Custódio (2018)

Fonte: O autor (2023).

Após o levantamento bibliográfico, encontramos teses e dissertações com o mesmo resultado em etapas diferentes. Portanto, categorizamos no quadro acima apenas a primeira aparição dos trabalhos. Chegamos, assim, à primeira etapa da busca, na qual encontramos as dissertações de mestrado de Bessil (2015), Sizanosky (2019), Rosenau (2018), Duarte (2017) e Giongo (2021). Destacamos a dissertação de Rosenau (2018), que tem como título: *As práticas de educação física no cárcere: tecnologias digitais como recurso pedagógico*; além de ter aparecido no repositório da CAPES e no BDTD.

Na sua pesquisa, Rosenau (2018) entrevistou quatro professores, com formação em educação física. Ademais, ele realizou uma revisão bibliográfica, através de uma pesquisa documental das fontes dos relatórios do sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro (BRASIL, 2014, 2016), do Plano Estadual de Educação Prisional (PARANÁ, 2012) e de dados do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná (PARANÁ, 2014). A pesquisa sinalizou a necessidade de traçar o perfil do professor que atua no Sistema Penal do Paraná;

buscou identificar os desafios, limites e motivações para o trabalho com a educação física no cárcere e a prática do professor de educação física da EJA no sistema penal e a utilização das tecnologias digitais como recurso pedagógico; além das articulações das práticas com as Diretrizes Curriculares de Educação Física do Estado do Paraná.

Na segunda etapa do levantamento bibliográfico, encontramos três resultados no repositório BDTD: Reis (2019), Barros (2016) e Alves (2018), todos estes trabalhos são do gênero dissertação; e setes resultados no repositório da CAPES, a tese de Pereira (2013) e seis dissertações: Rocha (2018), Albuquerque (2020), Castro (2017), Mineiro (2020), Deus (2014) e Alves (2018). Destacamos a dissertação de Barros (2016), que abordou a organização didática da educação física na EJA.

A dissertação supracitada realiza uma discussão da educação física, enquanto componente curricular da Educação Básica, na EJA, no sistema público de ensino do município de Natal-RN. Para isso, utilizou-se da investigação na organização curricular de educação física na EJA, a partir da prática pedagógica dos professores, sendo aplicados questionários a 15 professores do sistema de ensino do referido município, no período de 26 de maio a 25 de julho de 2015. O questionário foi organizado considerando a identificação do perfil dos professores, a prática da educação física na EJA e a atuação na educação física. Concluiu-se que as práticas pedagógicas em educação física apresentam dificuldades e perspectivas para atuar nesse cenário, dando indícios de práticas distintas no que se refere à cada professor, e constatando a ausência de uma matriz teórica - currículo que direcione o trabalho docente da educação física na EJA no município de Natal-RN.

A tese de Pereira (2018), por sua vez, tem como foco a educação física na EJA, a partir do trabalho de campo realizado junto aos professores da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo, município do Rio Grande do Sul. Para responder ao questionamento do autor: “como os professores de educação física concebem e realizam as suas práticas pedagógicas alicerçadas na sua formação e na compreensão das necessidades educativas dos estudantes da EJA?”, utilizou-se um grupo de discussão como instrumento de coleta de dados, através de quatro encontros com os professores; além de observação participante, com registros em diário de campo; entrevistas com a coordenadora da Educação de Jovens e Adultos e com as professoras de educação física que exercem o cargo de supervisão nas escolas. Acreditamos que a referida tese pode auxiliar a compreensão do professor que leciona na EJA quanto à importância de entender o perfil do aluno que frequenta

a sala de aula e à necessidade de avançar na formação de estudo para esse *lócus* de trabalho, pois na trajetória de formação pelas instituições universitárias, as discussões sobre a EJA são escassez e, comumente, a discussão sobre essa temática só acontece quando o professor já está em contato com essa modalidade de ensino na sala de aula.

Na terceira etapa do levantamento bibliográfico, encontramos apenas uma dissertação como resultado ao pesquisar os descritores anteriormente mencionados: a dissertação de Barros Filho (2014) apareceu nos dois repositórios. Essa dissertação tem investigado as ações de educação física escolar e de esporte educacional nas instituições prisionais podem contribuir para o acesso à educação, a formação para a cidadania e o fomento de uma cultura de respeito aos direitos humanos. A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Gregório Bezerra, na Penitenciária Juiz Plácido de Souza (doravante, PJPS), em Caruaru-PE. A metodologia utilizada pelo autor foi o estudo descritivo de caso, com recorte temporal da gestão penitenciária de 2012-2014; além disso, o autor realizou uma pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semiestruturadas com as gestões da escola e da penitenciária e com o professor de educação física, e a aplicação de questionários abertos e de múltipla escolha com os alunos em privação de liberdade da PJPS. Os resultados demonstraram que a educação física escolar contribui efetivamente na aquisição de valores necessários para a formação da cidadania e a promoção de uma cultura de direitos humanos.

A última etapa do nosso levantamento bibliográfico mostrou apenas um resultado: a dissertação de mestrado de Custódio (2018), em ambos os repositórios pesquisados. Na sua pesquisa, Custódio (2018) procurou compreender as possibilidades e possíveis desafios enfrentados pelos professores de educação física, no início de carreira, atuantes em escolas de unidades prisionais da Região dos Inconfidentes. Para isso, como instrumentos para a obtenção dos dados, ele utilizou-se da entrevista semiestruturada, realizada com três professores de educação física; do questionário e do caderno de campo. Concluiu-se que faz-se necessário repensar os aspectos da formação dos professores e a lógica da organização das escolas prisionais, através de mecanismos que reduzam os desafios e que favoreçam a prática docente com a educação física nesse contexto.

No geral, identificamos poucos trabalhos que atenderam e se adequaram aos critérios desta pesquisa. Diante disso, notamos que um número reduzido de pesquisa

que abordam a temática da educação física no ambiente prisional, como também a necessidade de a comunidade científica aprofundar os estudos sobre essa temática.

A partir das leituras realizadas no levantamento bibliográfico para construir o estado do conhecimento desta pesquisa, percebemos a necessidade de uma estruturação na educação nas escolas inseridas nas unidades prisionais, relacionada à questões pedagógicas, metodológicas, curriculares e à valorização dos professores inseridos e envolvidos com o processo pedagógico. É notória a dificuldade dos professores de educação física com os diferentes desafios nas escolas inseridas nas prisões, limitando as suas possibilidades de acordo com situação didática empregada. Outra questão que destacamos é a indisponibilidade de formação continuada específica para aprimorar a prática docente no sistema prisional, devido às particularidades desse sistema.

Assim, os questionamentos apresentados nos parágrafos anteriores consolidam as respostas de diversos autores, nos quais buscamos confirmar ou confrontar os diversos questionamentos analisados durante esta pesquisa.

## 2.2 A escola na unidade prisional

A educação assume papel importante, pois, além dos benefícios da instrução escolar, oferece também ao interno a possibilidade de participar de um processo de modificação capaz de melhorar sua visão de mundo, contribuindo para a formação de um senso crítico que auxilie no entendimento do valor da liberdade e melhora do comportamento da vida carcerária. (JULIÃO, 2007, p. 48)

A Secretaria de Educação e Esportes e a Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado de Pernambuco são responsáveis pela estrutura escolar das unidades prisionais. Em Pernambuco, existem 15 unidades<sup>2</sup> escolares estaduais no sistema prisional e quatro anexos, dentre os quais três escolas existentes em unidades prisionais femininas.

Além do acompanhamento das secretarias estaduais, órgãos estaduais, federais e ONGs de função consultiva e fiscalizadora procuram acompanhar as ações desenvolvidas nos sistemas prisionais, considerando a educação nas unidades

---

<sup>2</sup> Anexo 3 - **Recife**: Escola Estadual Olga Benário Prestes - COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE; **Abreu e Lima**: Escola Estadual Irmã Dulce - CPFAL: COLÔNIA PENAL FEMININA DE ABREU E LIMA; **Buíque**: Escola Estadual Vigário João Inácio (ANEXO) - COLÔNIA PENAL FEMININA DE BUÍQUE.

prisoinais, como, por exemplo, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que busca investir nas melhorias da educação no cárcere e destaca, em seu artigo 3º, a oferta de educação no contexto prisoinal, enfatizando que esta deve ser contemplada com as devidas oportunidades de financiamento, junto aos órgãos estaduais e federais; além de estar associada às ações de fomento à leitura e à implementação ou à recuperação de bibliotecas para atender à população carcerária e aos profissionais que trabalham nos estabelecimentos penais.

No que diz respeito à plataforma brasileira de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, órgão de fiscalização e consultivo, apresentado através do Relatório Nacional para o Direito Humano à Educação, intitulado “Educação nas Prisões Brasileiras”, no qual a relatora Denise Carreira descreve as situações observadas nas unidades carcerárias espalhadas pelo país. Nesse sentido, o documento do Governo Federal, que pretende guiar a educação em prisões, intitulado “Diretrizes Nacionais: Educação em Prisões”, assinala que:

O Brasil é um país que apresenta grandes problemas no campo prisoinal, esse não é um fenômeno recente e se manifesta vinculado à insegurança pública devido ao crescimento da violência e sua falta de solução, que implica na inexistência de políticas públicas adequadas que deveriam estender-se da promoção social à punição justa. Esse crescimento descontrolado da violência ultrapassa a capacidade de absorção existente no sistema prisoinal brasileiro que não vem dando conta da população carcerária que lhe é destinada e não sabe lidar com ela. Em geral, os presos recebem um tratamento aviltante e retornam à sociedade mais degradados do que quando entraram na prisão. (BRASIL, 2010, p. 3)

As informações apresentadas em relatórios sobre as condições estruturais das prisões são diagnosticadas através da lotação das penitenciárias brasileiras, conforme os últimos dados estatísticos apresentados pelo Sisdepen<sup>3</sup> – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – referente ao período de julho a dezembro de 2021, que apresenta um crescimento de mulheres presas, de 2020 a 2021, de 28,88 para 33,31 (valor em milhar), em Pernambuco, por exemplo. Segundo os dados, existem 747 presas na Colônia Penal Feminina do Recife; 262 presas na Colônia

---

<sup>3</sup> SISDEPEN é a plataforma de estatísticas do sistema penitenciário brasileiro que sintetiza as informações sobre os estabelecimentos penais e a população carcerária. Os dados são periodicamente atualizados pelos gestores das unidades prisoinais desde 2004. Substituiu o Infopen Estatísticas reformulando a metodologia utilizada, com vistas a modernizar o instrumento de coleta e ampliar o leque de informações coletadas. Pela primeira vez, o levantamento recebeu o formato de um relatório detalhado.

Penal Feminina de Buíque; e 448 presas na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima.

Em relação a este quantitativo, nem todas as alunas têm a oportunidade de matricular-se na escola da unidade prisional, porém todas têm o direito garantido, conforme consta nas leis e nos decretos.

A educação no sistema prisional brasileiro foi estabelecida na Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 205, pela Lei n.º 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, descrita no capítulo II - “Da Assistência”, seção V, Da Assistência Educacional, que traz a educação como garantia<sup>4</sup>, e pelo Decreto n.º 7.626/11, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.

Uma das escolhas pela procura ao acesso à escola pelas pessoas com privação de liberdade é no intuito de garantir o que dispõe a Lei n.º 12.433, de 29 de junho de 2011 – altera a Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) –, para remir o tempo de execução da pena através do estudo, conforme redação do Art. 126: “o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho, por **estudo** ou por desporto parte do tempo de execução da pena”.(grifo nosso)

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;  
II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

§ 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

§ 6º O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 7º O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar.

§ 8º A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa. (BRASIL, 2011)

Conforme as diretrizes dessa Lei, a importância da escola nesse ambiente é

---

<sup>4</sup> Art. 17 – “A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”; o Art. 18 § 2ª “Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos”; e o Art. 21 que “dispõe do atendimento às condições locais e o dever de apuração do censo penitenciário ligado às questões educacionais”. (Lei de Execução Penal, 1984)

maior que apenas a redução da pena, uma vez que no ambiente escolar ocorre a mudança de conceito de *presa* para *aluna*. Na escola, as diretrizes educacionais são direcionadas pelo Currículo de Pernambuco, as expectativas de aprendizagens precisam ser contempladas e muitas alunas têm a oportunidade de frequentar sistematicamente o ambiente no qual afloram as trocas de conhecimentos com o mundo e com o outro.

Outra escolha das alunas para se aproximarem da escola na unidade prisional tem a ver com a nova resolução n.º 391, divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ: as práticas sociais para as atividades não escolares e de leituras ampliam o leque de oportunidades para a remição e para o desenvolvimento do ensino na modalidade EJA.

Art. 1.º Estabelecer procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de *práticas sociais educativas* em unidades de privação de liberdade.

Art. 2.º O reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas considerará *as atividades escolares, as práticas sociais educativas não escolares* e a leitura de obras literárias. Parágrafo único. Para fins desta resolução, considera-se:

I - Atividades escolares: aquelas de caráter escolar organizadas formalmente pelos sistemas oficiais de ensino, de competência dos Estados, do Distrito Federal e, no caso do sistema penitenciário federal, da União, que cumprem os requisitos legais de carga horária, matrícula, corpo docente, avaliação e certificação de elevação de escolaridade; e

II - práticas sociais educativas não-escolares: atividades de socialização e de educação não-escolar, de autoaprendizagem ou de aprendizagem coletiva, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação para além das disciplinas escolares, tais como as de natureza cultural, **esportiva**, de capacitação profissional, de saúde, dentre outras, de participação voluntária, integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional e executadas por **iniciativas autônomas**, instituições de ensino públicas ou privadas e pessoas e instituições autorizadas ou conveniadas com o poder público para esse fim. (BRASIL, 2021) (Grifo nosso)

Nessa nova resolução, a importância do professor de educação física no sistema prisional torna-se ainda maior, pois surge um leque de novas oportunidades: além das atividades docentes, o professor poderá ministrar aulas através de projetos esportivos dentro das unidades prisionais, contemplando a resolução n.º 391 na oferta de atividades para um quantitativo maior de alunas.

Alguns desses documentos foram pioneiros para as instalações das escolas nas unidades prisionais, porém essas escolas foram instaladas sem nenhuma arquitetura específica para o seu funcionamento, de forma que foram construídas

apenas para atender às leis e aos decretos, ofertando aos(as) alunos(as) com privação de liberdade salas de aulas adaptadas em espaços improvisados.

Com um quantitativo exponencial de indivíduos presos e a busca por espaço dentro da unidade prisional, conflitos internos são gerados tanto relacionados à ampliação de celas quanto à ampliação de sala de aulas, bibliotecas e outros ambientes necessários à escola. Conforme Onofre (2014),

o contrato com o estabelecimento penal é o primeiro momento da estruturação da escola. Há que se negociar com o estabelecimento a possibilidade de autonomia do educador em sala de aula, o que muitas vezes gera conflitos, pois o presídio controla a estrutura na qual a escola funciona. (ONOFRE, 2014, p. 91)

Nesse conflito por espaço e tempo, a escola na unidade prisional acaba oferecendo ao professor a imprevisibilidade, pois as atividades planejadas para realização das aulas vão depender de diversos fatores internos, geralmente, vindos do sistema de segurança da unidade prisional, podendo levar o professor a não alcançar os objetivos traçados no seu planejamento de aula, visto que a unidade escolar precisa seguir as diretrizes do sistema prisional. Segundo Onofre (2014),

a escola tem de funcionar segundo as normas de segurança e de disciplina, ao mesmo tempo, em que se quer desvinculá-la dessas normas e construir um espaço escolar onde o aluno possa participar ativamente, onde possa haver integração grupal e onde o debate e a reflexão crítica sejam vistos como aspectos fundamentais na formação do indivíduo. A leitura das situações limite, do espaço no qual se encontram educadores e educandos e do *até onde se pode ir* é essencial no processo educativo. (ONOFRE, 2014, p. 91)

Dessa forma, a privação de liberdade carrega situações-limite para o espaço da escola, da convivência da sala de aula e da aula propriamente dita.

Como educar para a autonomia, sobre a qual diz Freire (2010, p. 145): “[...] como prática estritamente humana, jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura reacionalista”; e para a criticidade aqueles que sequer são autorizados a levantar a cabeça para caminhar e, por vezes, são proibidos de olhar nos olhos dos educadores? (ONOFRE, 2013). A escola, mesmo inserida na prisão, é considerada uma instituição com responsabilidades específicas, que se distingue de outras instâncias de socialização, com identidade própria e relativa autonomia.

O cenário da prisão é singular, apresenta necessidades advindas da trajetória escolar, da história social e da cultural, de questões vinculadas à violência e ao delito – esse contexto tem, portanto, especificidades que evidenciam a complexidade do ato pedagógico, o que justifica a importância da formação, uma vez que o espaço já é fator determinante de insegurança, quer para professores iniciantes ou experientes. (ONOFRE; JULIÃO, 2013, p. 62)

As escolas foram inseridas no sistema prisional na década de 50, no intuito de atender a uma população vulnerável, em relação à educação, e marginalizada, em relação à sociedade. No documento Regras de Mandela, regras mínimas das nações unidas para o tratamento de reclusos, aprovado pelo conselho econômico e social da ONU – Organização das Nações Unidas, em 1957, prevê o acesso à educação de pessoas encarceradas. De acordo com Carvalho (2012, p. 100), a educação escolar prisional “[...] é um espaço de construção, de luta e da construção da sua própria identidade”, desde a realização da matrícula até a conclusão do ensino médio.

No contexto prisional, a escola pode desempenhar um papel fundamental em diversos aspectos: desenvolvimento do ser humano; integração social; inserção na sociedade; produção de mudanças interiores, no sentido do ser humano poder recriar-se (ONOFRE, 2011); melhoria na qualidade de vida; além de ser uma forma de diminuir a pena através da remição. Pois, durante o período escolar, nas dependências da escola, as pessoas com privação de liberdade recebem o nome de *aluna*<sup>3</sup> como forma de ressignificar aquele momento dentro da prisão.

A educação na prisão não implica apenas *ensino*, embora a aprendizagem de conhecimentos básicos deva ser assegurada. Essa educação lida, principalmente, com pessoas – indivíduos num contexto de prisão (e encarceramento). Portanto, deve ser primordialmente uma oportunidade para que os internos decodifiquem sua realidade e entendam as causas e consequências dos atos que os levaram à prisão. Segundo Maeyer (2006),

os tribunais dão as razões ‘objetivas’; o advogado apresenta circunstâncias atenuantes, e a educação na prisão será o caminho para a compreensão de tudo e para a descoberta da lógica (às vezes infernais). Decodificar para reconstruir é um trabalho longo e de paciência. A prisão não é obviamente o melhor lugar. Não tem as ferramentas necessárias, mas sejam quais forem as circunstâncias, a educação deve ser, sobretudo, isto: desconstrução/reconstrução de ações e comportamentos. (MAEYER, 2006, p. 22)

A escola situada dentro da prisão é estruturada na modalidade da EJA e atende de alunas<sup>5</sup> analfabetas a alunas do ensino médio incompleto.

Na escola também surge a criticidade em relação ao *EU*, no sentido de possibilitar às alunas, durante o período escolar, refletir acerca da sua realidade, discutir sobre os seus problemas e sobre a sua inserção no crime, além do diálogo com o *outro* – professora, alunas, etc.

Não se trata de negar o passado e o crime, não se trata de dar um certificado de boa reputação àquele que não merece. Trata-se de ajudá-lo a enxergar que é possível fazer outras coisas, que ele é capaz de outras atitudes, [...] outras afeições. (MAEYER, 2013, p. 44)

Muitas alunas têm a oportunidade de frequentar regularmente a escola dentro da unidade prisional. Esse lugar, então, torna-se a porta de entrada para o conhecimento dessas alunas que, em geral, nunca tiveram a oportunidade de frequentar um ambiente escolar assiduamente, tendo seu primeiro contato com o conhecimento numa forma adversa da realidade que a sociedade expõe.

### **2.3 Educação de Jovens e Adultos no ambiente de privação de liberdade**

A modalidade EJA possui sua especificidade construída ao longo do tempo, desde a chegada dos jesuítas ao Brasil, que iniciaram um processo de construção do conhecimento educacional, que estava voltado à catequização, no intuito de alfabetizar ou instruir um novo conhecimento com pessoas com idade adulta. Na prisão a escola utiliza esta modalidade de ensino, e existe uma especificidade na aprendizagem. De acordo com Onofre e Menotti (2016, p. 158),

o professor que atua nas escolas entre as grades deve ser comprometido com sua tarefa de educar, posicionando-se politicamente frente às questões sociais que envolvem seus alunos, acreditando que as aulas são ferramentas de transformação, de conscientização e de protagonismo. Esse professor deve estar preparado para lidar com o contexto prisional, consciente de seu papel para que a prática educativa seja consolidada nesse espaço, uma vez que, em muitos casos, parte dos funcionários dos estabelecimentos prisionais não se manifesta favoravelmente à escola para aprisionados, como se essa prática fosse um benefício e não um direito subjetivo. (ONOFRE; MENOTTI, 2016, p. 158 *apud* Lopes, 2019, p. 73)

---

<sup>5</sup> O termo “aluna” será inserido ao longo do texto por se tratar de uma pesquisa realizada num presídio feminino.

Apesar da escolarização de pessoas jovens e adultas ser formalmente assegurada desde a Constituição de 1824, apenas no final da década de 1940, ela constituiu-se como objeto de políticas educacionais., conforme destacado por Haddad e Di Pierro (2000, p. 110):

a preocupação com a educação de jovens e adultos praticamente não se distinguiu como fonte de um pensamento pedagógico ou de políticas educacionais específicas. Isso só viria a ocorrer em meados da década de 1940. Havia uma preocupação geral com a educação das camadas populares, normalmente interpretada como instrução elementar das crianças.

Ademais, desde a década de 1940 até 2005, nenhuma das ações empreendidas pelo governo federal no campo da EJA levou em consideração as unidades prisionais através da orientação do Ministério da Educação.

Nas últimas décadas, contudo, a temática vem sendo discutida no Ministério da Educação, com a resolução n.º 2 de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta da educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, como consta no seu Art. 2º:

as ações de educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança. (BRASIL, 2010. Art. 2º)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, na Seção V – da Educação de Jovens e Adultos, no Art. 37 e Art. 38, estabelece:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre

si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996)

Espera-se que os estados, através das suas secretarias estaduais de educação, assumam a política de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade, reconhecendo-a não mais como uma ação pontual, isolada, voluntária, mas, sim, como uma política pública de educação (JULIÃO, 2016, p. 28).

Segundo o mesmo autor, nos documentos aprovados nos últimos anos, reconhece-se que a educação para jovens e adultos no cárcere não é um benefício, como algumas pessoas ainda acreditam, mas, sim, um direito previsto em Lei – Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984) – (JULIÃO, 2016).

As atividades docentes no contexto de privação de liberdade na modalidade EJA, em geral, são discriminadas pelo poder público, e percebe-se a ausência de políticas públicas no seu processo de construção pelos agentes envolvidos, desde a inserção da escola nas unidades prisionais, com salas de aula estruturadas, até as questões sociais e educacionais, que envolvem os professores e os alunos, na perspectiva de formar um aluno consciente, enquanto cidadão, e protagonista da sua história, nesse ambiente peculiar de aprendizado e desenvolvimento do conhecimento.

A relação professor-aluno é realizada através do diálogo das práticas escolares. De acordo com Penna (2006),

a prática educativa, ao se desenvolver em determinado contexto, expressa relações socialmente estabelecidas, sendo por ele determinada. Ao se desenvolver no ambiente prisional, a escola se vê submetida às suas regras e procedimentos, além de refletir o que nela se espera ver concretizado nestas circunstâncias. (PENNA, 2006, p. 33)

Arroyo (2017), por seu turno, compreende a EJA como *lócus* de diversidade de tempos e espaços de formação das pessoas jovens e adultas, que se realiza em

escolas, comunidades, igrejas, movimentos sociais; diversidade de sujeitos – do jovem ao idoso –, não se limitando apenas à estruturas escolarizadas.

Logo, o papel do professor nessa modalidade de ensino deve constituir-se numa tríade: saber escutar, saber ouvir e saber refletir, pois, segundo Gadotti (1993, p. 126), “o educador de adultos é uma espécie de presença ausente: ele está presente, incentivando; mas sabe se retirar na hora certa, para outro conseguir assumir”, ou seja, “fica claro que uma das competências do educador em presídios é saber lidar com conflitos, saber trabalhar as contradições à exaustão, mesmo ciente dos limites” (ONOFRE, 2014. p. 96).

É nesse sentido que a prática docente no ambiente de privação de liberdade possui uma compreensão diferenciada, devido às leis, resoluções e normativas, como também às especificidades do próprio contexto.

## **2.4 A prática docente no sistema de privação de liberdade**

A escola que vai à prisão é, antes de tudo, escola. Não uma escola da prisão, mas a escola no espaço prisional. (ONOFRE, 2016, p. 46)

O papel da escola é ser um espaço das linguagens – educação física, língua portuguesa, literatura, arte, língua estrangeira, de educação do corpo e do movimento, além da matemática, das ciências da natureza e humanas, da sociologia, da filosofia, das tecnologias e de cultura. Nesse aspecto, a escola atende o aluno no intuito de desenvolver seus conhecimentos, habilidades e atitudes para prepará-lo para a vida em sociedade.

No entanto,

há que se refletir que o espaço do presídio também está contextualizado nos mesmos determinantes, é um espaço autoritário e repressor, e pode-se observar que o aluno, na maioria das vezes, sente-se em ‘liberdade’ quando vai para sala de aula. (ONOFRE, 2014, p. 99)

A liberdade está associada à saída de uma cela, de um determinado pavilhão, a ser retirada e encaminhada para a unidade escolar, na qual a aluna pode encontrar diferentes pessoas do seu dia a dia e de diferentes pavilhões para participar da prática docente, isto é, a liberdade de deixar de ser a presa identificada por uma numeração

e passar a ser chamada pelo seu nome e sobrenome, através da lista de frequência escolar.

Essa “liberdade”, advinda da escola, foi contemplada com leis, decretos, resoluções e normativas, documentos nos quais a educação é referenciada no sistema prisional, de acordo com o sítio do Ministério da Educação, que faz referência aos seguintes documentos: Lei de Execução Penal (LEP) – Lei n.º 7.210/1984; Resolução n.º 03/2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça; Resolução CNE/CEB n.º 02, de 19 de maio de 2010 – Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais; e o Decreto n.º 7.626/2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do sistema prisional.

A LEP entende a educação como um auxílio, uma ajuda, e não como um dever do Governo de implementar as escolas nos estabelecimentos prisionais. A própria Lei, no Título IV – Dos estabelecimentos penais, Art. 83, traz, em sua proposição, o dever de contar em suas dependências com áreas e serviços destinados à assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva. Atribuímos uma crítica de como a LEP apresenta a educação: com caráter assistencialista. Portanto, a Lei precisa ser revisada pelos agentes competentes, a fim de trazer a educação como um direito e como prioridade nos estabelecimentos penais.

Em referência à resolução n.º 03/2009, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais, é importante destacar a redação do artigo 2º, que diz que as ações de educação devem ser orientadas pela legislação educacional vigente no país e pela LEP, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica n.º 02, de 19 de maio de 2010 – que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta da EJA em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais –, traz a regulamentação do funcionamento da escola, desde a organização técnico-administrativa da escola até as orientações de funcionamento escolar em estabelecimentos penais.

Vale destacar que as duas Resoluções supracitadas trazem considerações sobre as proposições aprovadas nas *Conferências Internacionais de Educação de Adultos* (V e VI CONFINTEA – Conferência Internacional de Jovens e Adultos) quanto

à “preocupação de estimular oportunidades de aprendizagem a todos, em particular, os marginalizados e excluídos” (Resolução nº 2 de 19/05/2010 / CNE). O Plano de Ação para o Futuro, proposto na CONFINTEA, garante o reconhecimento do direito à aprendizagem de todas as pessoas encarceradas, proporcionando-lhes informações e acesso aos diferentes níveis de ensino e formação.

O Decreto n.º 7.626/2011, por sua vez, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do sistema prisional, aborda sobre a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica e a educação superior no âmbito do sistema prisional. Neste decreto, apresentam-se as competências e as incumbências do Ministério da Educação e do Ministério da Justiça, pois ambos interferem diretamente na escola, através das influências advindas das diretrizes do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

As legislações supracitadas estão interligadas com as escolas presentes nos estabelecimentos penais e diretamente associadas com a prática docente realizada nas unidades escolares das prisões de Pernambuco.

As diretrizes e as orientações educacionais são normatizadas pela Secretaria de Educação e Esportes, em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. No ano de 2020, foi publicada a Instrução Normativa SEE n.º 001, que dispõe sobre a oferta, pela Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, do ensino fundamental na modalidade da EJA. A modalidade EJA é reconhecida por atender à população que não teve acesso aos estudos ou à possibilidade de continuá-los na educação básica regular, em idade própria, conforme preceituam os artigos 37 e 38 da Lei Federal n.º 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN). Salientamos que a referida Lei não cita nenhum artigo relacionado à educação e prisões ou à educação inserida no sistema prisional. A referida Instrução Normativa apresenta a organização da escola em módulos semestrais, e, no ano de 2021, foi publicado o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado de Pernambuco.

Os documentos referenciais citados acima auxiliam o professor na construção do seu planejamento de aula para o desenvolvimento da sua prática docente no sistema de privação de liberdade do estado de Pernambuco. Conforme Tardif (2008), a prática docente não se limita ao conhecimento das ciências da educação, mas trata-se de uma atividade que abarca diversos saberes definidos como pedagógicos.

Nessa realidade, a prática docente estabelece uma troca de experiências que vai se estruturando e se acumulando, ao longo dos dias letivos, por meio das relações existentes entre os sujeitos inseridos na sala de aula. A partir dessa realidade, ela irá sendo materializada através dos ensaios e erros presentes nas aulas, pois a escola inserida no sistema prisional é um espaço de aprendizado vivido pelo professor muito distante da sua formação acadêmica, principalmente no componente curricular educação física.

Sobre a prática docente, Souza (2009) discute o desenvolvimento da *práxis* pedagógica, destacando que ela é ampla e que a prática docente está inserida no processo dessa *práxis*. O autor apresenta o conceito da *práxis pedagógica*, relacionando à realidade prisional o envolvimento de diversos elementos: prática docente, discente, gestora, institucional, epistemológica da prática, que repercutem na prática docente. Nesse sentido, a *práxis* pedagógica significa

[...] a inter-relação das práticas dos sujeitos sociais formadores que tem a finalidade de formar sujeitos que desejam ser educados e que respondam aos requerimentos de uma determinada sociedade em um momento de sua história, podendo, dessa forma, atuar nela. (SOUZA, 2009, pág. 28)

No âmbito da escola inserida no sistema prisional, diversos requerimentos precisam ser cumpridos e respeitados, como, por exemplo, a burocracia para adentrar na unidade prisional e percorrer o caminho até a sala de aula, seguindo a hierarquização existente e as regras estabelecidas pela unidade prisional, com a interferência direta da polícia penal e das normas postas pela diretoria da unidade prisional na prática docente.

A realidade da prática docente no desenvolvimento das aulas de educação física é ímpar, ao utilizar os métodos teóricos e práticos. A utilização dos métodos apresenta uma dicotomia conceitual no desenvolvimento das aulas e uma limitação em referência às aulas práticas na busca do conhecimento e da significação cultural e social devido à peculiaridade da unidade prisional na qual a escola está inserida.

Para auxiliar o professor na elaboração das aulas e no desenvolvimento da prática docente, a Secretaria de Educação e Esportes dispõe de documentos orientadores para subsidiar a construção do planejamento de aula como, por exemplo, o Currículo de Pernambuco da Educação de Jovens e Adultos –Ensino Fundamental, lançado no ano de 2021; os organizadores curriculares por bimestre; o caderno de

Orientação Pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos em Prisões; os materiais didáticos da formação continuada em serviço para profissionais que atuam na educação em prisões: módulo 1: identidade, módulo 2: currículo e módulo 3: avaliação; e, por fim, os recursos didáticos na EJA: concepções e usos: livro guia e livro texto, pois as aulas não são restritas apenas aos aspectos inerentes à escola, os conhecimentos necessitam ser ampliados no intuito de interagir com as questões políticas, sociais, culturais e educativas presentes no seu contexto educacional.

Com base nesses documentos, o professor de educação física tem um leque de informações para subsidiar a construção do planejamento de aula dentro da unidade prisional, além da especificidade que a modalidade da EJA apresenta. Além disso, a realidade do componente curricular educação física possui características que precisam ser reconhecidas para mobilizar os saberes teóricos e práticos necessários para atingir o objetivo proposto para o alunado e, com isto, estimular o desenvolvimento de uma aluna crítica e reflexiva da sua realidade, além de reconhecê-la como uma pessoa ativa na sociedade em que está inserida.

Os saberes pessoais, culturais e escolares, advindos das experiências e vivências, adquiridos pelos professores, em geral, não são ensinados em seus cursos de formação, mas emergem durante a sua prática docente, na realidade onde ministram as suas aulas, na troca de experiências com a comunidade escolar, entre outros. Tardif (2002) esclarece que:

[...] esses saberes não se encontram sistematizados em doutrinas ou teorias. São saberes práticos (e não da prática: eles não se superpõem à prática para melhor conhecê-la, mas se integram a ela e dela são partes constituintes enquanto prática docente) e formam um conjunto de representações a partir das quais os professores interpretam, compreendem e orientam sua profissão e sua prática cotidiana em todas as suas dimensões. (TARDIF, 2002, p. 49)

Ainda no que diz respeito aos saberes, Freire (1987) afirma que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (p. 66). Então, as vivências oriundas da sala de aula constroem uma afetividade originária da relação entre o docente e o discente na busca do conhecimento.

## **2.5 Contextualizando a educação física escolar**

Os objetivos e as propostas educacionais da Educação Física foram se modificando ao longo deste último século, e todas estas tendências, de algum modo, ainda hoje influenciam a formação do profissional e as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física. (DARIDO, 2003. p. 2)

A educação física teve uma evolução curricular durante a sua existência, devido às influências políticas, sociais e culturais no desenvolvimento das aulas. No ano de 1851, através da Reforma de Couto Ferraz, a educação física torna-se obrigatória nas Escolas Municipais da Corte, chegando ao Brasil com a nomenclatura de *Ginástica*, advinda dos métodos das escolas europeias, para o desenvolvimento das aulas nas escolas brasileiras.

Em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho, através do Decreto n.º 7.247 da instrução pública, defendeu a inclusão da ginástica nas escolas e a equiparação dos professores de ginástica aos das outras disciplinas.

No início do século XX, a educação física foi incluída nos currículos dos estados da Bahia, Distrito Federal, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, sendo influenciada, nesse período, pelo movimento Escola Nova, que evidenciava o desenvolvimento integral do indivíduo. Em 1929, aconteceu a *III Conferência Nacional de Educação*, na qual os professores de educação física tiveram a oportunidade de dialogar sobre os métodos, as práticas corporais e os problemas relativos ao ensino, tornando-se protagonistas.

Na década de 1930, a instituição militar exerceu o movimento em prol da educação física com a preocupação da preparação militar; além do culto à eugeniação do corpo devido à influência das ideologias nazistas e fascistas da época. O eugenismo, contudo, foi perdendo espaço para os objetivos higiênicos defendidos pela classe médica, com o intuito de prevenir as doenças e tornar-se um conteúdo da educação física no contexto escolar.

Em 1937, a Constituição Federal Brasileira faz referência à educação física, no Art. 131. A primeira referência explícita à educação física em textos constitucionais federais, incluindo-a no currículo como prática educativa obrigatória – e não como disciplina curricular –, junto ao ensino cívico e aos trabalhos manuais, em todas as escolas brasileiras (LIMA, 2015). Outro artigo da Constituição de 1937, o Art. 132, destaca o adestramento físico como maneira de preparar para o cumprimento dos deveres da juventude, uma vez que o Brasil passava pelo processo de industrialização e urbanização do Estado Novo.

Em 1961, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, determinou-se a obrigatoriedade da educação física para o ensino primário e médio. Nesse período, os métodos anteriores – militarista e higienista – passam a perder espaço nas aulas de educação física, à medida que um novo método começa a se destacar, devido à influência do método desportivo generalista, que tinha como objetivo incorporar o esporte aos objetivos e práticas pedagógicas, conforme a publicação da Lei n.º 5.692 (BRASIL, 1971), Art.7, que reforça o caráter instrumental da educação física, a qual passou a ser considerada uma atividade prática, voltada para o desempenho técnico e físico do aluno (LIMA, 2015).

Na década de 1970, a educação física ganhou evidência pelo Governo Militar, pois a manutenção da ordem e do progresso estava em alta, na época. Dessa forma, o governo militar investiu na educação física em função de diretrizes pautadas no nacionalismo, na integração nacional (entre os estados) e na segurança nacional, tanto na formação de um exército composto por uma juventude forte e saudável quanto na tentativa de desmobilização das forças políticas oposicionistas (LIMA, 2015).

Nesse período, as atividades esportivas passaram a ser conteúdo das aulas de educação física; enquanto o governo evidenciava o nacionalismo ao esporte, como, por exemplo, na forte campanha nacional realizada com a seleção brasileira de futebol, na copa do mundo de 70. Nesse mesmo período, o Decreto 69.450 (BRASIL, 1971) apresenta artigos importantes relacionados à educação física em todos os graus de qualquer sistema de ensino, conforme o título: Do Relacionamento com a Sistemática da Educação Nacional, nos seguintes artigos:

Art. 1º. A educação física, atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora – forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional.

Art. 2º. A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino.

Na década de 1980, os efeitos desse modelo começaram a ser sentidos e contestados, visto que o Brasil não se tornou uma nação olímpica e a competição esportiva da elite não aumentou o número de praticantes de atividades físicas. Iniciou-se, então, uma profunda crise de identidade nos pressupostos e no próprio discurso da educação física. Dessa forma, o enfoque passou a ser o desenvolvimento

psicomotor do aluno, destacando o embasamento dos teóricos da psicologia para as aulas e retirando da escola a função de promover os esportes de alto rendimento. Atualmente, concebe-se a existência de algumas abordagens pedagógicas para a educação física escolar no Brasil resultantes da articulação de diferentes teorias psicológicas, sociológicas e filosóficas.

Ainda nesse período, as teorias críticas ganharam espaço, questionando seu papel e dimensão política, mas a abordagem científica que a educação física apresenta, hoje, teve influência histórica desde a sua aparição.

Ao longo do tempo, a educação física sofreu influência de diversos aspectos, desde o aspecto militarista – vinculado às instituições militares – aos aspectos higienistas – vinculados às instituições das classes médicas –, até as concepções pedagógicas atuais, como, por exemplo, a teoria crítica implementada pelo documento orientador adotado pela Rede de Ensino do Estado de Pernambuco – Currículo de Pernambuco. Essas influências foram importantes para a concepção, finalidades e campo de atuação da educação física, pois, a depender da época e do local, determinada influência marcante estava presente no desenvolvimento das aulas.

Com o passar dos anos, a educação física começou a ganhar notoriedade em sua inserção na escola até ser consolidada como componente curricular obrigatório, através de leis e decretos. A primeira aparição foi em 1937, Art. 131:

incluindo-a no currículo como prática educativa obrigatória e não como disciplina curricular junto com o ensino cívico e os trabalhos manuais, em todas as escolas brasileiras. (Brasil, 1937, Art. 131))

Nesse aspecto histórico, um período que influencia até hoje a prática pedagógica nas aulas de educação física diz respeito à década de 1970, pois, nesse momento, as atividades esportivas estavam muito presentes como conteúdos das aulas de educação física. Até hoje, os professores utilizam em suas práticas a abordagem metodológica dessa época, empregando o esporte como conteúdo de sala de aula.

Após esse período de efervescência, acontece uma crise de paradigma ou de identidade no campo da Educação Física, defendida, na época, por um coletivo de autores brasileiros que questionavam a educação física ser encarada apenas como prática, voltada para os conteúdos esportivos. Diante disso, por volta da década de 1980, diferentes concepções pedagógicas surgiram no desenvolvimento das aulas de

educação física, dentre as quais a psicomotricidade, a desenvolvimentista, a saúde renovada, as teorias críticas e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997).

Esse período foi um “divisor de águas” para a educação física escolar, devido ao surgimento das abordagens pedagógicas críticas, as quais sugerem que os conteúdos selecionados para as aulas de educação física devem propiciar a leitura da realidade do ponto de vista da classe trabalhadora (DARIDO; RANGEL, 2005). Nessa ótica, a educação física é compreendida como uma disciplina que trata do conhecimento denominado de *cultura corporal*, que tem como conteúdos, por exemplo, o jogo, a brincadeira, a ginástica, a dança, a luta, o esporte; além de apresentar relações com os principais problemas sociais e políticos vivenciados pelos alunos (DARIDO; RANGEL, 2005).

Na escola situada na unidade prisional, a modalidade de ensino presente é a EJA, e a educação física tem uma peculiaridade perante esta modalidade, conforme a Lei 9.394/96 (LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Art. 26:

os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos, mas existe uma faculdade na relação da prática em relação ao aluno. (Brasil, 1996. Art.26)

No §3, a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é definida como um componente curricular obrigatório da educação básica, enquanto a sua prática é facultativa ao aluno (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1 de dezembro de 2003):

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei n.º 10.793, de 1º.12.2003)  
 II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei n.º 10.793, de 1º.12.2003)  
 III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei n.º 10.793, de 1º.12.2003)  
 IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei n.º 10.793, de 1º.12.2003)  
 V – (VETADO) (Incluído pela Lei n.º 10.793, de 1º.12.2003)  
 VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei n.º 10.793, de 1º.12.2003). (Brasil, 1996. Art. 26)

No entanto, as exceções supracitadas não são válidas para o estabelecimento

escolar do sistema penitenciário, devido à necessidade da frequência escolar da aluna. Ademais, a escola, por ser da rede estadual de ensino, adota a abordagem crítica, inserida nos documentos da educação física de Pernambuco – Currículo de Pernambuco –, isto é, a abordagem crítica superadora, a qual tem um importante papel político-pedagógico, principalmente numa unidade prisional, pois deve encaminhar propostas para a reflexão, intervenção e superação da realidade social das pessoas.

A abordagem pedagógica adotada pelo professor de educação física deve acompanhar o documento orientador – Currículo de Pernambuco – no desenvolvimento das aulas, uma vez que é fundamental para realização da prática docente. Os conteúdos da educação física – jogos, ginástica, danças, lutas, esportes, práticas corporais de aventura – que serão ministrados, durante as unidades escolares, devem estar presentes também no diário de classe. Portanto, necessitam de planejamento prévio, considerando como acontecerão as aulas na unidade prisional.

O quadro abaixo mostra a lotação do professor de educação física na Escola Estadual Irmã Dulce:

Quadro 2: Horário da Escola Irmã Dulce – Professor Educação Física<sup>6</sup> - ano 2022

<b>Turmas</b>	<b>Número de Alunas</b>	<b>Manhã</b>	<b>Tarde</b>	<b>Noite</b>
Ensino Fundamental EJA 5-A	30		x	
Ensino Fundamental EJA 6-A	22			x
Ensino Fundamental EJA 7-A	21	x		
Ensino Fundamental EJA 7-B	19		x	
Ensino Fundamental EJA 8-A	12	x		
Ensino Fundamental EJA 8-B	11		x	
Ensino Fundamental EJA 8-C	20			x
Ensino Médio EJA 1-A	14	x		

<sup>6</sup> Dados coletados em: <https://www.siepe.educacao.pe.gov.br/mapacoordenadoria/detescola.do?codUnidade=607220&exibirQuadro=true#>. Acesso em: 13/11/2022.

Ensino Médio EJA 1-B	20			x
Ensino Médio EJA 2-A	23			x
Ensino Médio EJA 3-A	15		x	

Fonte: O autor (2023).

No quadro acima, observa-se o quantitativo de alunas matriculadas por turma na escola, e a oportunidade dessas alunas de ter aulas de educação física em todos os turnos. No entanto, existe um fator a ser considerado na relação da frequência escolar: o tempo laboral e o tempo de confinamento na cela. Na prisão, o cenário é ímpar, e regras necessitam ser cumpridas em acordo com ambiente local, influenciando diretamente no desenvolvimento do espaço e do tempo na prática docente da educação física.

Dessa forma, as alunas passam por conflitos de espaço e tempo, e a escola situada na unidade prisional acaba acarretando ao professor a imprevisibilidade, pois as atividades planejadas para a realização das aulas vão depender de diversos fatores internos, geralmente, vindos do sistema de segurança da unidade prisional, o que pode levar o professor a não alcançar os objetivos propostos no seu planejamento de aula e a não o executar conforme programado. Em outras palavras, o desenvolvimento das aulas de educação física demanda espaços apropriados, sejam eles no ambiente interno da sala de aula ou no ambiente externo – áreas abertas, quadras, pátios e, quando possível, ginásios. Na unidade prisional, contudo, o espaço para o desenvolvimento das aulas de educação física é restrito.

Em relação ao tempo, este consiste num fator determinante na vida dos privados de liberdade, pois, segundo Montenegro, Barbosa e Alcoforado (2019), os privados de liberdade expressam citações, como: “se eu pudesse mudar o tempo, o tempo demora a passar aqui”, “saudades do tempo perdido”. Esse saudosismo presente nas narrativas contagia o processo de ensino-aprendizagem, e a busca por novos tempos é realizada na escola, através da frequência na sala de aula, da participação em projetos escolares e da retomada do vínculo estudantil.

Por outro lado, as necessidades advindas da trajetória escolar da aluna e o resgate histórico, social e cultural consideram as questões vinculadas à violência e ao delito cometido pela aluna, apresentando-os como fatores importantes que devem ser destacados.

Conforme defende Christov (1993, p. 51 *apud* ONOFRE, 2014, p. 83),

o aluno deve ser olhado como se olha para qualquer ser humano, para qualquer aluno, vendo nele toda uma potencialidade de reflexão e de ação criativa, pois 'se a concepção de homem de nossa escola diferir da de outra qualquer, é porque há alguma coisa errada não só com a pessoa, mas com o conjunto de relações que a cercam'.

Faz-se, necessário, portanto, o cuidado do professor na condução das aulas nas unidades prisionais, pois a troca de conhecimentos advinda da relação com a turma de alunas, após a sua trajetória durante o ano letivo, e a construção dos laços de convivência, adquiridos da relação professor-alunas, não deve interferir nas tomadas de decisões pessoais e profissionais do professor, no ambiente interno da escola e nas salas de aula.

Vale destacar que a educação física é um componente curricular que possui uma aproximação maior entre professores e alunas, visto que é um componente curricular dinâmico, uma vez que, em algumas circunstâncias da aula, necessita-se da aproximação corporal, contato físico para proporcionar a aluna segurança na realização do movimento proposto, acarretando, com isto, uma aproximação entre o professor e as alunas no transcorrer da aula.

Nessa lógica do ambiente escolar, o componente curricular educação física diferencia-se dos outros componentes devido às suas particularidades e especificidades, pois recorre à linguagem corporal como referência para o desenvolvimento das aulas, o que requer cautela na relação entre professor-alunas na sala de aula da escola inserida numa unidade prisional.

Em síntese, no sistema prisional, a relação professor-alunas apresenta algumas peculiaridades, assim como a escola nesse ambiente é diferenciada, em relação ao funcionamento das práticas educativas das escolas situadas fora da prisão.

### 3 METODOLOGIA

Com a pandemia da Covid-19 e as restrições sanitárias impostas pelo Governo Federal e Estadual, tivemos dificuldade para entrar ao local da pesquisa, pois o acesso à escola estava restrito apenas à gestão escolar (diretores e apoio técnico), e os professores estavam trabalhando de forma remota. Portanto, o ingresso no campo de pesquisa para a realização da entrevista semiestruturada foi adiado até a reabertura dos estabelecimentos de ensino, respeitando-se as restrições sanitárias.

Com a volta dos professores para o ambiente de trabalho e a aprovação desta pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UFPE), realizamos a busca pela seleção dos sujeitos participantes, através de ligações telefônicas para a gestão escolar da Escola Estadual situada na unidade prisional feminina da região metropolitana do Recife. Porém, através dos contatos telefônicos com as unidades prisionais e com os diretores das escolas, encontramos apenas um professor com formação em Licenciatura em Educação Física ministrando aula, lotado na Escola Estadual Irmã Dulce, situada na Penitenciária Feminina de Abreu e Lima, vindo do Processo de Seleção Simplificada da Secretaria de Educação e Esporte<sup>7</sup>.

A partir daí, inicia-se a pesquisa, pois, segundo Minayo (1998), uma pesquisa passa por três fases: a) fase exploratória, na qual se amadurece o objeto de estudo e delimita-se o problema de investigação; b) fase de coleta de dados, em que se recolhem informações que respondam ao problema; e c) fase de análise de dados, na qual se faz o tratamento, por inferências e interpretações, dos dados coletados.

Considerando esta pesquisa como exploratória, onde o pesquisador vai ao campo para registrar e analisar os fenômenos investigados ao qual essa pesquisa vislumbra seguir. Conforme Severino (2007, p. 123), “a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”. Diante disso, realizamos uma investigação para a observação da prática docente, utilizando-nos do diário de campo e da entrevista semiestruturada que realizamos com o professor selecionado para esta pesquisa.

---

<sup>7</sup> A Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE) inicia o processo de convocação de professores da Seleção Pública Simplificada, fruto da Portaria Conjunta SAD/SEE n.º 025, de 11.02.2020, cujo resultado foi divulgado através da Portaria Conjunta SAD/SEE n.º 088, publicada no Diário Oficial do Estado, de 29 de agosto de 2020.

O participante<sup>8</sup> foi contactado via gestão escolar para participar de uma breve apresentação desta pesquisa. Depois, solicitamos a permissão do professor de educação física para acompanhar e observar as suas aulas na unidade prisional, cujo período de observação compreendeu o segundo bimestre do ano de 2022, no turno da noite. O participante aderiu voluntariamente à participação nesta pesquisa.

### **3.1 O local da pesquisa**

No intuito de compreender os limites e as possibilidades da prática docente do professor de educação física num ambiente prisional, realizamos esta pesquisa na Unidade Prisional Feminina de Abreu e Lima – Escola Estadual Irmã Dulce.

Diante disso, fizemos a coleta de dados dentro da unidade escolar de âmbito estadual inserida na Penitenciária Feminina de Abreu e Lima – Pernambuco, destinada às alunas dos anos iniciais do ensino fundamental até o ensino médio, na modalidade de ensino EJA.

A escolha desse local justifica-se porque tem um professor de educação física lotado na escola, porque as aulas acontecem nos turnos da manhã, tarde e noite, e, principalmente, porque as aulas de educação física acontecem no horário noturno.

A unidade prisional foi inaugurada<sup>9</sup> no ano de 2015, construída para comportar cerca de 190 privadas de liberdade. No entanto, no período em que realizamos a pesquisa de campo – em 2021 –, o número de pessoas com privação de liberdade era de 480, conforme registro no nosso diário de campo, acerca da visita do dia 16/05/2022.

Destacamos a regularização da escola, através da Secretaria de Educação e Esporte, a partir das Diretrizes Nacionais para Educação em Prisões (Resolução CNE/CEB n.º 02, de 19 de maio de 2010) e estruturada através do Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.

A escola tem cinco salas de aula, uma biblioteca, um banheiro, uma sala de professores e uma sala de coordenação e direção. Durante as aulas, a polícia penal liberava as pessoas privadas de liberdade do pavilhão, deixando-as trancadas e restritas na escola até o término das aulas.

---

<sup>8</sup> PORTARIA CONJUNTA SAD/SEE nº 025, de 11 de fevereiro de 2020.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pe/decreto-n-42272-2015-pernambuco-cria-unidades-prisionais-no-ambito-da-secretaria-executiva-de-ressocializacao>. Acesso em: 27/11/2022.

Vale destacar que, ao adentrar à escola, as presas ganhavam outra conotação, passavam a ser *alunas*. Então, as alunas eram conduzidas pela segurança – polícia penal –, no horário da sua aula, lotadas na sala de aula específica da sua turma, até o término do horário, e, depois, retornavam diretamente para as suas celas.

Em relação aos professores, eles, ao adentrarem na unidade prisional, são cadastrados e identificados, diariamente, com a apresentação de documentação de identificação e com o registro de horário de entrada e saída; além de ser encaminhados para a unidade escolar pela polícia penal. No trajeto para a escola, atravessam diversas portas, são revistados pelo aparelho de detector de metais e, algumas vezes, pelo policial penal de plantão, para, assim, chegarem ao seu ambiente de trabalho.

Na escola, as salas de aula têm, aproximadamente, 4m x 5m de dimensão, com espaço para ventilação externa, através de combogó de cimento. As salas de aula observadas comportam 20 carteiras para as alunas, um birô com cadeira para o professor e um quadro-branco. A escola tem apenas uma entrada e uma saída, com grades vazadas (em aço maciço), munidas com trancas de alta segurança, que ficam trancadas durante todo o horário de aula.

O sujeito desta pesquisa – o professor de educação física – ministrava aulas nas turmas dos anos finais do ensino fundamental e nas turmas do ensino médio.

### **3.2 Procedimentos da pesquisa**

Esta pesquisa, em relação à abordagem, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que se propõe a investigar os aspectos relacionados à subjetividade do indivíduo, na busca de compreender, através prática docente, os limites e as possibilidades para o desenvolvimento dos processos escolares. “O que dá o caráter qualitativo não é necessariamente o recurso de que se faz uso, mas o referencial teórico/metodológico eleito para a construção do objeto de pesquisa e para a análise do material coletado no trabalho de campo” (DUARTE, 2004, p. 214).

Quanto à tipologia, esta pesquisa configura-se como uma pesquisa exploratória e descritiva. Segundo Gil (2002), “a pesquisa exploratória tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a tornar ele mais claro ou a construir hipóteses”; enquanto a pesquisa descritiva busca a “descrição das

características de determinada população ou fenômeno, ou, então o estabelecimento entre variáveis” (p. 42). Além de analisar, interpretar e evidenciar as inferências, realizamos um estudo de caso, ou seja, esta pesquisa tem por característica a preocupação com as repercussões de uma questão ainda não muito conhecida: a prática docente do componente curricular educação física numa escola inserida na unidade prisional feminina da Região Metropolitana do Recife.

Como encontramos apenas um professor de educação física na Penitenciária Feminina de Abreu e Lima, realizamos um estudo de caso, que, conforme André (1984), pressupõe

uma representação singular da realidade, realidade esta, multidimensional e historicamente situada... Esse tipo de estudo revela a multiplicidade de dimensões presentes numa dada situação, focalizando-a como um todo, mas sem deixar de enfatizar os detalhes, as circunstâncias específicas que favorecem uma maior apreensão desse todo. (ANDRÉ, 1984, p.52 *apud* ONOFRE, 2014, p. 104)

O estudo de caso, nesse sentido, enfatiza a contextualização das informações investigadas e, segundo André (1998, p. 30), consiste num “[...] estudo descritivo de uma unidade, seja uma escola, um professor, um aluno ou uma sala de aula”. Dessa forma, devido à restrição de participantes, esta pesquisa concentrou-se em apenas uma localização.

Nessa ótica, durante o período de interação na escola situada na Penitenciária Abreu e Lima, na realização da coleta dos dados e no contato com o ambiente da realidade pesquisada, fomos coletando os dados a cada momento. Ademais, estivemos em contato com o professor, com os diretores e com a equipe técnica da escola, com as alunas e com os agentes penitenciários de plantão na penitenciária, no período da investigação, durante todo o processo da pesquisa. Da aproximação com essas pessoas surgiram considerações importantes, por nós registradas num diário de campo, e, através das informações obtidas, descobrimos uma realidade única daquele espaço.

### **3.3 Instrumentos de coleta de dados**

Iniciamos a coleta de dados após o parecer de aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (CEP-UFPE),

submetido na Plataforma Brasil, em março de 2022<sup>10</sup>. Realizamos uma entrevista semiestruturada, na busca de uma interlocução entre o sujeito da pesquisa e o pesquisador, com o auxílio do diário de campo para registrar aspectos relevantes percebidos no decorrer das entrevistas.

A entrevista semiestruturada valoriza a presença do investigador ao possibilitá-lo conduzir os questionamentos fundamentados em teorias e hipóteses, ao mesmo tempo que oportuniza ao entrevistado dar vazão a elementos que não tenham sido previstos pelo investigador e que tenham relevância para o entrevistado. [...] Ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação. (TRIVINÓS, 1987, p. 146)

Seguimos o roteiro de entrevista, formulado a partir das revisões bibliográficas realizadas sobre a temática de estudo, com o propósito de compreender a prática docente, durante as observações das aulas e a partir das anotações realizadas no diário de campo. Portanto, no roteiro, colocamos questões relacionadas aos limites e possibilidades da atuação do professor na unidade prisional. Duarte (2004) explica que:

as entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. (DUARTE, 2004, p. 215).

Quanto ao diário de campo utilizado nas pesquisas, Minayo (2014, p. 100) destaca que:

constam todas as informações que não sejam registro das entrevistas formais, ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimônias, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa.

Os registros inseridos no diário de campo são importantes para apontar os sentimentos, ocorrências, impressões do dia a dia da pesquisa, além dos fatos não gravados durante a realização das entrevistas, do ponto de vista do pesquisador ou das falas do professor participante da pesquisa. Também vale destacar o cuidado de registrar as observações do cotidiano prisional e os fatos que ocorreram nos

---

<sup>10</sup> Número do Parecer: 5.337.297.

momentos pesquisados, o que possibilitou organizar o material de consulta para análise dos dados, como, por exemplo, o acesso do professor à unidade prisional, as conversas informais na sala dos professores, as reuniões entre gestores escolares e professores e o estabelecimento das regras impostas pelos policiais penais em seus plantões.

Realizamos todo o processo de forma exploratória. No primeiro momento, procuramos a Secretaria Executiva de Ressocialização de Pernambuco, no intuito de solicitar acesso à unidade prisional para acompanhar o professor que aceitasse participar da pesquisa na escola, e a Secretaria de Educação e Esporte de Pernambuco, para solicitar a carta de anuência que deveria ser entregue ao gestor da escola estadual para conseguirmos ter acesso ao professor. Após validada a entrada na unidade prisional e ter em mãos a carta de anuência, realizamos a entrevista semiestruturada com o participante e iniciamos o acompanhamento das aulas dele. Duarte (2004) pontua algumas observações sobre a coleta de dados:

- a) as razões pelas quais optou-se pelo uso daquele instrumento;
- b) os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados;
- c) número de informantes;
- d) quadro descritivo dos informantes – sexo, idade, profissão, escolaridade, posição social no universo investigado, etc.
- e) como se deram as situações de contato (como os entrevistados foram convidados a dar seu depoimento, em que circunstâncias as entrevistas foram realizadas, como transcorreram etc.);
- f) roteiro da entrevista (de preferência em anexo) e,
- g) procedimentos de análise (anexando, no final do texto ou relatório, cópia de umas das transcrições. (Duarte, 2004, p 219)

O roteiro da entrevista semiestruturada pode ser conferido no apêndice 4. Após a coleta de dados, realizamos a transcrição da entrevista, priorizando o registro. Logo após finalizada esta etapa, realizamos uma nova escuta, agora com a transcrição em mãos, para a conferência. Duarte (2004) esclarece que a entrevista poderá ser editada. No entanto, é importante ter o registro da versão original e da versão editada de todas as transcrições.

As entrevistas podem e devem ser editadas. Exceto quando se pretende fazer análise de discurso, frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacofonias, erros gramaticais etc. devem ser corrigidos na transcrição editada. (DUARTE, 2004, p. 221)

Após a edição da entrevista, trabalhamos os dados na busca de encontrar

respostas para o problema da pesquisa. através da análise e da interpretação dos dados. Foram realizadas a partir da transcrição da entrevista e da leitura exaustiva e minuciosa dela; além dos registros do diário de campo.

A análise dos dados, ainda que não se dissocie das demais fases da pesquisa, visa compreender o que foi coletado, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ampliar a compreensão de contextos para além do que se pode verificar nas aparências do fenômeno (SOUZA JÚNIOR *et al.*, 2010, p. 34).

Segundo Duarte (2004, p. 215),

analisar entrevistas também é tarefa complicada e exige muito cuidado com a interpretação, a construção de categorias e, principalmente, com uma tendência bastante comum entre pesquisadores de debruçar-se sobre o material empírico procurando 'extrair' dali elementos que confirmem suas hipóteses de trabalho e/ou os pressupostos de suas teorias de referência.

Considerando Souza Júnior *et al.* (2010) e Duarte (2004), após a leitura exaustiva, iniciamos a análise do conteúdo, técnica de análise recorrente na área das pesquisas sociais. Para Bardin (2010) a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadoras (quantitativas ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2010, p. 44)

Ainda segundo Bardin (2010), a análise de conteúdo divide-se em três fases: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação). Cada uma dessas fases corresponde a um momento cronológico na análise.

A pré-análise objetiva "a organização, embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas, por oposição à exploração sistemática dos documentos" (BARDIN, 2010, p. 122). A exploração do material consiste na aplicação das técnicas no *corpus*, operando codificações, bem como decomposições e enumerações, partindo de regras pré-estabelecidas. Já a última fase, corresponde às operações estatísticas, sínteses dos resultados e seleção deles, inferências e interpretações.

Dando início à análise, realizamos a leitura do conteúdo através da identificação dos eixos de análise, registrando as anotações e comentários no corpo da transcrição da entrevista. Para tanto, utilizamos o *Word – Office 2010*. Conforme a tabela abaixo,

o tratamento dos dados seguiu o seguinte roteiro:

Quadro 3 – Roteiro didático – Pré-análise

ETAPAS	INTENÇÕES
1º - PRÉ ANÁLISE	<p>1º Compreender os limites e as possibilidades presentes na prática docente do professor de educação física lotado na Escola Estadual Irmã Dulce na Penitenciária Feminina de Abreu e Lima – PE;</p> <p>2º Leitura da entrevista e do diário de campo;</p> <p>3º Identificação dos indicadores para a análise:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desafios da prática docente no sistema prisional;</li> <li>• Reflexões teóricas e metodológicas para prática docente;</li> <li>• Constituição da prática docente, na prática da educação física</li> </ul> <p>4º Delimitação das unidades de contexto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiência com a prática docente;</li> <li>• Sentimento em relação à prática docente;</li> <li>• Limites e entraves para realização da aula;</li> <li>• Planejamento/execução das atividades;</li> <li>• Referências ao processo de formação continuada;</li> <li>• Aspectos metodológicos da prática docente;</li> <li>• Considerações sobre a escola.</li> </ul>
ETAPAS	AÇÕES REALIZADAS
1º - PRÉ ANÁLISE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura flutuante e depois exacerbada da entrevista após a transcrição;</li> <li>• Construção e constituição do <i>corpus</i>:</li> </ul> <p>1- Exaustividade – Ao final da entrevista foi realizada a transcrição e leitura minuciosa dos dados obtidos advindos das respostas dadas pelo sujeito;</p> <p>2- Representatividade – Após a realização da entrevista, foi identificado na unidade prisional a prática docente da educação física;</p> <p>3 - Homogeneidade – Seguindo o roteiro da entrevista, houve coerência entre a técnica aplicada – entrevista – na busca de coletar informações sobre o objeto de pesquisa.</p> <p>4 - Pertinência – Para não fugir do tema, o objeto e objetivos do estudo ficaram em primeiro plano durante a pesquisa.</p>

Fonte: O autor (2023).

Quadro 4 – Roteiro didático – Exploração de Material

ETAPAS	INTENÇÕES	AÇÕES REALIZADAS
--------	-----------	------------------

<b>2º - EXPLORAÇÃO DE MATERIAL</b>	<p>1º Elaboração de indicadores – recortes do texto e categorização:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A entrevista sofre destaque de cores para orientação da leitura e análise dos dados, no intuito de agrupar os dados conforme indicadores.</li> </ul> <p>2º Preparação e exploração do material: foram separados os dados advindos da entrevista e do diário de campo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmembramento do texto em unidades/categorias – inventário (isolamento dos elementos): A entrevista é agrupada conforme os indicadores destacados advindos dos objetivos da pesquisa.</li> <li>• Reagrupamento por categorias para análise posterior – classificação (organização das mensagens a partir dos elementos repartidos).</li> </ul>
------------------------------------	---	--

Fonte: O autor (2023).

Quadro 5 – Roteiro didático – Tratamentos de dados e interpretações

<b>ETAPAS</b>	<b>INTENÇÕES</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>3º - TRATAMENTO DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO</b>	<p>1º Interpretações dos dados brutos (entrevista e diário de campo): O resultado da entrevista deixa de ser dado e passa a ser transformado em informações;</p> <p>2º Estabelecimento de quadros de resultados, pondo em relevo as informações fornecidas pelas análises: criação de tabela com indicadores e unidades de registro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inferências com uma abordagem qualitativa, trabalhando com significações em lugar das inferências estatísticas.</li> <li>• Aplicação da técnica de análise de conteúdo categorial.</li> </ul>

Fonte: O autor (2023).

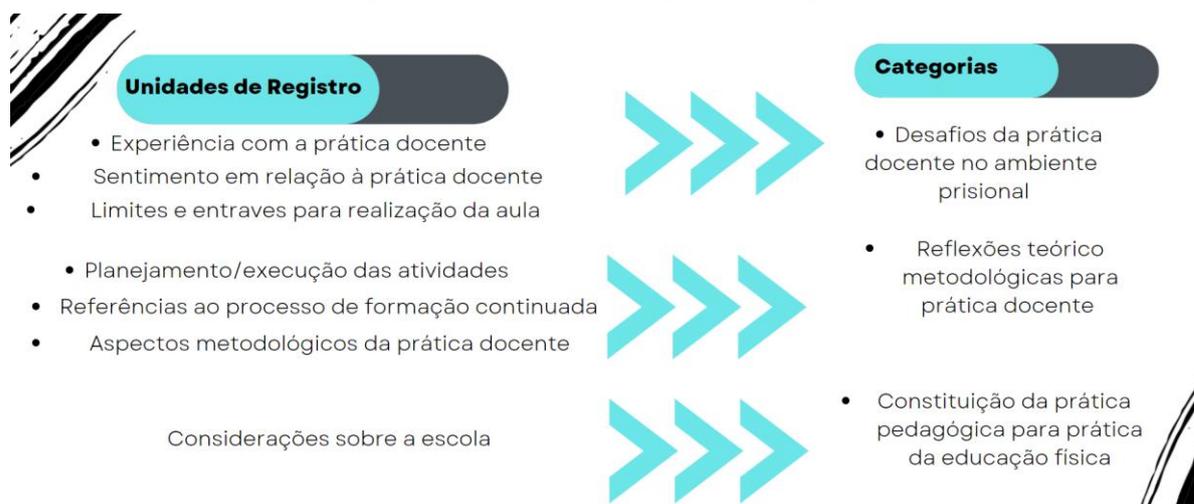
A escolha de categorias de análise ajuda na organização das informações. Nesse sentido, a entrevista foi reorganizada, classificada, unida, recortada e validada em respostas através de categorias. Segundo André e Lüdke (1986),

a categorização, por si mesma, não esgota a análise. É preciso que o pesquisador vá além, ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado. Para isso ele terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações. (ANDRÉ; LÜDKE, 1986, p. 49)

As categorias de análise foram surgindo ao longo da investigação e anotadas e apresentadas para facilitar a compreensão da informação. As unidades de registros

são as seguintes: experiência com a prática docente; sentimento em relação à prática docente; limites e entraves para realização da aula; planejamento/execução das atividades; referências ao processo de formação continuada; aspectos metodológicos da prática docente; e considerações sobre a escola.

Figura 1 – Unidades e categorias de registro



Fonte: O autor (2023).

Essas unidades de registro foram inseridas na organização da categorização, na qual foram identificados três eixos para análise ou categorias:

1. desafios da prática docente no sistema prisional;
2. reflexões teóricas e metodológicas para prática docente; e
3. constituição da prática docente na aula prática da educação física.

O quadro abaixo apresenta o recorte da entrevista e a organização nas unidades de registros e temas iniciais:

Quadro 6 – Indicadores e identificação das unidades de contexto e de registro

<b>Categorias</b>	<b>Unidades de registros</b>	<b>Temas iniciais</b>
	<b>TEMAS</b>	<b>OBSERVAÇÃO SOBRE O ARGUMENTO</b>
Desafios da prática docente no sistema prisional	Experiência com a prática docente	Relatos e discussões sobre experiências anteriores que o professor teve com o ensino
	Sentimento em relação à prática docente	Sentimento em relação à prática docente no local com privação de liberdade
	Limites e entraves para realização da aula	Considerações dos pontos que limita as aulas de acontecer

Reflexões teóricas e metodológicas para prática docente	Planejamento/execução das atividades	Mensagens que trata do planejamento das atividades para a realização da aula no processo de aprendizagem, desde o processo de criação até as atividades elaboradas
	Referências ao processo de formação continuada	Considerações sobre participação em formação continuada, refletir sobre o processo de ensinar e aprender na prisão
	Aspectos metodológicos da prática docente	Reflexões sobre a maneira como a educação física poderia ser utilizada no processo de ensino aprendizagem no contexto prisional
Constituição da prática docente da educação física	Considerações sobre a escola	Estrutura administrativa escolar

Fonte: O autor (2023).

## 4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As informações obtidas através dos tratamentos dos dados, vieram da minuciosa leitura da entrevista e das análises dos dados advindos dos instrumentos da pesquisa. Essa análise gerou unidades de registros para serem categorizados em informações e resultados para pesquisa. As categorias serão apresentadas a seguir:

### 4.1 Desafios da prática docente no sistema prisional

As categorias de análise foram investigadas advindas das unidades de registros, nesta categoria, evidenciamos como unidade de registro, após leitura detalhada da entrevista, os seguintes temas: experiência com a prática docente; sentimento em relação à prática docente; e limites e entraves para a realização da aula.

Fica evidente na fala do professor, que o contexto da educação no sistema prisional consiste em algo complexo e ímpar em relação a outros espaços escolares, fora desse contexto.

Segundo os dados gerados através da entrevista, quando perguntado sobre a escola, o professor relata o funcionamento dela da seguinte forma:

[...] - Em relação ao sistema penitenciário, às vezes, a redução de quadro, algo que aconteceu, né? Que, que o plantão precisa ser reduzido e pra a questão de segurança dos professores eles preferem suspender as aulas, lógico que não acontecem todos os dias, porém quando acontecem esses eventos, eles preferem suspender pela segurança dos professores.  
(Professor)

Notamos a autoridade do sistema prisional interferindo diretamente no contexto escolar, impondo um limite que pode interferir na carga horária mínima anual, citada no Art. 24<sup>11</sup> da Lei 9.394-96 (LDBEN). Conforme Julião e Onofre (2013, p.54), “as rotinas no interior das prisões se caracterizam em função de sua natureza punitiva,

---

<sup>11</sup> LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Art. 24 - A carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017).

diluindo-se a sua perspectiva de instituição preventiva”.

Em outro trecho da entrevista, o professor confirma a visão apresentada por Julião e Onofre (2013), destacando um dos limites impostos pelo sistema em sua prática docente:

[...] - olhe, o profissional, o profissional assim, feito eu falei, que a escola tem toda liberdade dentro do sistema, porém existem restrições, né? Os limites, né? Tem liberdade, porém tem o limite do sistema prisional, fico um pouco frustrado em ter duas quadras e não poder atuar dentro da unidade, porém é uma norma, uma lei deles aqui que achou melhor por ventura, **segurança dos professores, principalmente nós de educação física que vamos até a quadra, realizar o nosso trabalho, e infelizmente a gente adapta dentro da sala de aula.** (Professor, grifo nosso)

Esse limite imposto não é restrito apenas ao professor de educação física, mas, sim, a todo o corpo docente, no que se refere ao desenvolvimento de atividades educativas que extrapolam as paredes da sala de aula.

O excesso de zelo pela segurança geralmente impede qualquer criatividade docente: passar filmes, convidar palestrantes, desenvolver pesquisas, atividades coletivas, em muitos estabelecimentos penais, são atividades quase impossíveis. (BRASIL, 2010, p. 21)

Por exemplo, numa das aulas observadas, no horário noturno, a escola teve as aulas suspensas devido ao número reduzido de polícia penal de plantão. Diante disso, a segurança penal solicitou aos professores, aos coordenadores e ao diretor o fim do expediente, ou seja, o término das atividades escolares e a retirada desses indivíduos da penitenciária. No trecho abaixo, o professor fala acerca da restrição da aula:

[...] - não, não, principalmente acontece sempre que alguém está no plantão, precisa ser deslocado para uma delegacia, um hospital ou algo do tipo, num é? Precisa se locomover e o plantão fica reduzido, devido a isso, eles acham melhor por segurança, né? Dos professores que estão lotados na escola, dentro da unidade prisional, né? Não ter a realização das aulas e não mais acontece em um turno, e não é o dia todo. (Professor)

As falas aqui descritas e analisadas são pontos de reflexão relevantes acerca dos desafios encontrados no desenvolvimento da prática docente de educação física numa unidade prisional. O professor precisa ter claro o funcionamento e o regimento estabelecido pelo sistema prisional no qual a escola está situada, devido às normas e regras estabelecidas pela segurança dos sujeitos que ali se encontram. Portanto, as estratégias de aulas precisam estar planejadas e apropriadas para o local no qual

serão desenvolvidas.

Diante dos impasses encontrados no sistema prisional, o professor precisa saber lidar com os riscos inerentes à sua prática docente. De acordo com Gadotti (1993),

a característica principal do educador em presídios é a contradição, é saber lidar com conflitos, com riscos. Cabe a ele questionar de que maneira a educação escolar pode contribuir para modificar a prisão e o preso, tornar a vida melhor e 'mais feliz', contribuir para o processo de desprisionalização e de formação do homem preso. (GADOTTI, 1993 *apud* ONOFRE, 2014, p. 53)

Ottoboni (1984), por seu turno, oferece uma pista aos interessados em educação dentro do sistema prisional:

[...] somente quando o preso sente a presença de alguém que lhe oferece uma amizade sincera, destas que não exigem compensações ou retorno, é que se inicia o processo de desalojamento das coisas más armazenadas em seu interior e a verdade começa a assumir o seu lugar, restaurando, paulatinamente, a autoconfiança, revitalizando os seus próprios valores. Isso se chama libertação interior. (OTTOBONI, 1984, p. 93 *apud* ONOFRE, 2014, p. 53)

Ou seja, a educação escolar seria uma possibilidade para a liberdade interior das alunas que frequentam a escola, mas, em relação à liberdade exterior, o sistema de segurança influencia diretamente na organização da escola, pois, dependendo do dia e da demanda administrativa da polícia penal, o acesso das alunas às aulas é restrito, visto que, nesses casos, a escola é fechada.

Em tese, a unidade escolar é dependente das condutas de segurança impostas pela direção do presídio, na visão de proteção, por meio dos policiais penais, uma vez que, para a realização de uma ação externa da escola (aula prática na quadra), por exemplo, faz-se necessária a liberação da diretoria prisional.

## **4.2 Reflexões teóricas e metodológicas para a prática docente**

Pensar a prática docente da educação física no sistema prisional é pensar a evolução histórica de suas bases teórico-metodológicas, desde os primórdios com a nomenclatura *ginástica* e o culto ao corpo até os dias atuais com a implantação de abordagens críticas, como, por exemplo, a abordagem implementada pelo documento orientador da educação estadual, o Currículo de Pernambuco. Essa abordagem

oportuniza entender a prática docente num viés crítico e reflexivo no transcurso do processo de ensino-aprendizagem, de modo contributivo com a formação humana da aluna durante o período escolar, compreendendo a escola enquanto *lócus* ideal para esse acontecimento. Porém, existe um limite em relação ao documento orientador e a prática docente no sistema prisional, pois não existe nenhuma especificidade para a modalidade de ensino adotada pela unidade prisional e nenhuma ênfase ao trabalho dentro da escola no sistema prisional. Na entrevista, o professor aborda essa questão, expondo a sua opinião:

[...] é porque a gente assim na EJA, porque o currículo ele não está específico para prisão, a gente sabe que está no sistema prisional e a gente tem que se adequar, apesar da, da escola ter uma certa liberdade, tem um certo limite que a escola pode ter porque está dentro de um regime prisional, num é? Mas assim, existe o Currículo de Pernambuco do ensino fundamental, porém o do ensino médio ainda está em construção, num é? ainda está em análise, num processo, tal. É, eu geralmente costumo seguir o currículo, num é? Pelo menos o do fundamental dos anos iniciais e finais é eu costumo seguir. (Professor)

É notória, na fala do professor, a necessidade de um documento orientador para a organização e sistematização do conhecimento no seu planejamento escolar, principalmente para as turmas do ensino médio. A Secretaria de Educação e Esportes responsabiliza-se pelo SIEPE – Sistema de Informação da Educação de Pernambuco, o qual consiste numa plataforma para registro do diário de classe, quadro de horários, monitoramento dos conteúdos curriculares, apontamento de desempenho e frequência de turmas, banco de aulas, álbuns, etc. Nesta plataforma, o professor tem acesso ao organizador curricular com as habilidades a serem trabalhadas ao longo dos quatros bimestres. Portanto, ele precisa marcar a caixa de seleção para contemplar a habilidade do bimestre, ou seja, esse processo orienta o professor no seu planejamento, de modo que cada professor tem a liberdade de escolher a melhor forma de realizar o registro das informações metodológicas trabalhadas em sala de aula.

A esse respeito, o professor diz o seguinte:

[...] - Eu gosto, eu gosto semanalmente, né, eu descrevo num caderno, né? Registro e planejo como é que vai ser a semana, e, no final de semana, a gente faz o preenchimento deste planejamento, porém há uma restrição de colocar no sistema, que se chama SIEPE, a gente faz atualização desses dados, plano de aulas e plano bimestral, que a gente faz um plano bimestral lá no sistema, faz a frequência das alunas, né? Ele só abre no dia, não adianta

você querer fazer uma frequência ou um registro de aula do dia posterior que o sistema não abre e só abre do dia. (Professor)

O sistema é uma ferramenta positiva no monitoramento preciso e em tempo real dos processos educacionais e administrativos da escola, proporcionando o sistema penitenciário receber dados reais do quantitativo de horas contempladas em estudo por aluna matriculada na escola.

A Secretaria de Educação e Esporte oferta a educação básica, na modalidade EJA àqueles que estão em situação de privação de liberdade no estado de Pernambuco. As unidades prisionais que possuem unidades escolares estaduais são atendidas com a escolarização na modalidade da EJA, organizadas em módulos: sete módulos no nível fundamental e três módulos no ensino médio (PERNAMBUCO, 2021 p. 123).

As aulas acontecem em módulos semestrais. Na unidade escolar Irmã Dulce, situada na Penitenciária Feminina de Abreu e Lima, o professor de educação física ministra as suas aulas conforme diálogo da entrevista:

[...] - Na verdade, são todas as turmas da escola, com exceção da, dos iniciais, né?

- Certo.

- Que são os EFEJAS<sup>12</sup>, módulo 1, módulo 2, módulo 3 e módulo 4, do módulo 5 até o ensino médio, eu tenho todas as cargas horárias.

- E esses módulos, significam o quê?

- Significa, porque antigamente eram considerados como fase.

- Certo!

- E agora passaram para módulo, o módulo 4, antigamente, a quarta série, e assim sucessivamente. Aí tem um módulo 1, é, é EMEJA<sup>13</sup> 1, significa o primeiro ano do ensino médio, né. E assim vai... (Professor)

Entender o contexto de funcionamento escolar é primordial para a construção do planejamento escolar, no qual o professor organizará a sua sequência didática, fundamentando-se em determinada base teórico-metodológica. Para isso, é preciso finalizar o ciclo de estudo, neste caso, o módulo. Sobre a conclusão dos módulos, o professor esclarece o seguinte:

[...] os módulos, né? são semestrais, a cada 6 meses. A gente faz uma avaliação durante esse período de seis meses, né? Com os conteúdos abordados, com uma avaliação, dependendo, até uma prova escrita, né? Ou,

---

<sup>12</sup> EFEJAS – Ensino Fundamental da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

<sup>13</sup> EMEJA – Ensino Médio da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

às vezes, apenas a vivência e a prática, né? A participação dos conteúdos propostos. E, a cada ano, são dois módulos que a turma frequenta, a cada seis meses, pode continuar no mesmo módulo ou avançar para o próximo. (Professor)

Durante a entrevista, o professor destaca uma especificidade para a conclusão do módulo VIII, referente à finalização do ensino fundamental e ingresso no ensino médio:

[...] - As alunas que finalizam o módulo 8, né? Que estão saindo do módulo fundamental para o médio, né? Todo final de semestre, né? No final do ano, existe o TCF, no ano passado coincidiu da gente abordar e trazer um pouco dessa questão das olimpíadas, né? Trouxe o exemplo da ginástica, de Rebeca Andrade, né? E fez um festival esportivo com apresentações, né? As meninas vestidas de bailarinas e tudo, fazendo coreografias, a gente ensaiava as coreografias, fez todo um processo, de apresentação do TCF. (Professor).

- **E o que significa TCF?** (grifo nosso)

- É o trabalho de conclusão final do ensino fundamental. (Professor).

Na fala do professor, identificamos que, através do trabalho de conclusão final, extrapola-se a sala de aula. Nesse sentido, o professor contempla a base teórico-metodológica que subsidia seus conhecimentos, por meio do festival esportivo. Ele proporciona, através das avaliações das alunas, um debate crítico e reflexivo sobre uma temática da atualidade que extrapola o ambiente interno da unidade prisional.

No sistema educacional do estado de Pernambuco, as unidades escolares levam em conta algumas das considerações sobre a realização das avaliações finais, como é o caso do TCF. Na Instrução Normativa de Avaliação n.º 04/2014, publicada no Diário Oficial, de 18 de dezembro de 2014 (PERNAMBUCO, 2014, p. 1), afirma-se:

[...] que a avaliação se constitui em processo contínuo e permanente de análise das variáveis que interferem nos processos de ensino e de aprendizagens, objetivando identificar potencialidades e necessidades educacionais dos(as) estudantes e das condições da escola e da família e, ainda, [...] que se torna imprescindível o envolvimento do(a) estudante, pais e educadores da escola nos processos de ensino e de aprendizagem e seus resultados.

Essa instrução normativa é seguida em todas as unidades escolares, levando em consideração as diretrizes e os procedimentos do sistema de avaliação da aprendizagem. No componente curricular educação física, os procedimentos avaliativos acontecem tanto nas aulas teóricas quanto nas aulas práticas.

Em relação a esse procedimento, a prática docente é realizada em dois

movimentos distintos: primeiramente, são ministradas as aulas teóricas sobre determinado objeto de conhecimento e habilidades propostas pelo organizador curricular do Currículo de Pernambuco; e, em seguida, são contempladas as aulas práticas. No caso da unidade escolar pesquisada, estas aulas acontecem dentro da sala de aula, conforme explica-nos o professor:

[...] -Você falou que as alunas fazem a aula teórica e prática, essa prática como é realizada?

[...] - A gente afasta, né, a cadeira dentro da sala, às vezes, coloca até fora da sala de aula, para poder aproveitar o máximo desses espaços, apesar de ser curto e a gente tenta se adaptar, né. A gente dá aquele jeitinho do brasileiro. (Professor)

Essa declaração também é comum nas unidades escolares fora do sistema prisional, uma vez que nem todas as escolas possuem quadra poliesportiva para o desenvolvimento da prática docente de educação física ser realizado com mais qualidade. Diante disso, tanto no ambiente interno da prisão quanto no ambiente externo, o professor necessita de aparatos metodológicos para desenvolver a sua prática docente. Na escola pesquisada, o professor relata que tem a possibilidade de desenvolver a sua prática com recursos tecnológicos. Porém, existem limites, os quais podem ser observados na fala desse professor:

[...] - Tem um projetor, porém devido também a questão do tempo ser um pouco curto e ter uma variação muito grande de turma, né? Eu prefiro sempre conceituar as aulas teóricas junto com a vivência delas, né, a parte prática.

**-Certo, e a duração da aula, é de quanto tempo nessa modalidade EJA?**  
(grifo nosso)

- A duração, ela gira em torno de 50 minutos, por aula.

Levando em consideração as reflexões teórico-metodológicas para a prática docente numa escola inserida numa unidade prisional, bem como a organização da aula mencionada anteriormente, Zabala (1998, p. 29) relata que

é preciso insistir que tudo quanto fazemos em aula, por menor que seja, incide em maior ou menor grau na formação de nossos alunos. A maneira de organizar a aula, o tipo de incentivo, as expectativas que depositamos, os materiais que utilizamos, cada uma destas decisões veicula determinadas experiências educativas, e é possível que nem sempre estejam em consonância com o pensamento que temos a respeito do sentido e do papel que hoje em dia tem a educação.

Dessa forma, é essencial que o professor da modalidade EJA, lotado no

sistema prisional, valorize as experiências das alunas, evitando julgamentos acerca dos atos que as levaram à prisão.

### **4.3 Constituição da prática docente na aula prática de educação física**

Esta categoria busca trazer como informações a dinâmica da sala de aula à luz do professor para a realização da prática docente numa unidade de privação de liberdade. Nesse sentido, as informações obtidas através da entrevista serão apresentadas considerando os limites e as possibilidades para a realização da educação física na unidade prisional. No trecho abaixo, quando questionado sobre o funcionamento da estrutura física para a realização da aula prática, o professor responde:

[...] - Não funciona. Existe uma quadra, porém essa quadra é restrita apenas ao pavilhão, não é permitido o acesso dos professores da escola a essa quadra, e a gente, além da nossa limitação, nossas aulas ficam apenas exclusiva dentro das salas de aula. (Professor)

Identificamos, nesta fala, a criticidade em relação à aula de educação física e o limite imposto pelo sistema penitenciário no planejamento escolar. Ressalta a reformulação na organização didática do professor para ministrar as suas aulas.

Na grade curricular, as disciplinas são inseridas nos três turnos – manhã, tarde e noite –, e o professor de educação física contempla todos os turnos. Vale destacar que a unidade escolar oferta aulas de educação física no horário noturno, contemplando quatro turmas: duas do ensino fundamental e duas do ensino médio. Sobre a organização da grade curricular da escola, principalmente no que tange à disciplina de educação física, algumas considerações feitas pelo professor são interessantes de ser evidenciadas:

[...] Pela manhã, elas têm uma dificuldade muito grande em acordar pela manhã, né? O número não é tão excessivo assim, agora à noite, geralmente, é a boa parte das alunas que trabalham durante o dia, e estuda à noite. À noite, geralmente dá em torno de 70 alunas nas cinco salas. [...] À noite, a gente teve uma divisão de todos os médios ficaram à noite, né? Nenhum à tarde, nenhum pela manhã e ainda conseguiu inserir o módulo 7 a noite, além do ensino médio. (Professor)

Nota-se a semelhança com as escolas que não estão inseridas no sistema

prisional em relação às alunas do horário da noite, ou seja, alunas que trabalham durante o dia e estudam no horário noturno. Outro ponto a ser destacado diz respeito à baixa frequência das alunas no horário da manhã, devido às dificuldades existentes na unidade prisional, como, por exemplo, qualidade do sono e dificuldade para acordar.

Como mencionamos anteriormente, a escola tem aula de educação física no horário noturno, porém, segundo a legislação brasileira, as alunas têm direito de não participar das aulas práticas. Notamos, contudo, que esse direito não é exercido dentro da escola inserida no sistema prisional, pois um dos objetivos das alunas ao procurar a escola é, justamente, remir a sua pena através do estudo.<sup>14</sup>

A respeito da frequência das alunas nas aulas de educação física, o professor diz que:

**[...] - Então como é o registro das alunas, já que à noite a educação física existe algumas faculdades em participar? (grifo nosso)**

- Elas, elas se preocupam muito, né, porque para ser bem claro, é elas, alguma parte das alunas frequentam as aulas por causa da remição, né, e a cada ano geralmente é equivale a 66 dias a menos, né. Hoje a gente percebe que à noite a procura que estudam a noite, também esta inclusa a questão da remição, porque elas já trabalham, elas já vêm super cansadas, às vezes nem com paciência, dormem até nas cadeiras por estarem muito cansadas. (Professor)

Identifica-se no diálogo, a percepção do professor entre a Legislação Educacional – Art. 26 da LDB e a remição de pena – Art. 126 da LEP, pois a realização das aulas práticas de educação física, principalmente no horário noturno, ou seja, a busca pela redução da pena é prioridade entre as alunas.

**- E a frequência, é justamente a remição? Ela está inclusa nessa questão da frequência? (grifo nosso)**

[...] - É lógico, na participação, nas atividades propostas realizadas. (Professor)

[...] - Pela manhã e tarde, são aquelas pessoas que vêm por conta da remição, mas querem também aprender um pouco mais né, sair daqui um pouco mais instruídas, com algum conhecimento mais específico. (Professor)

Destacamos que as possibilidades de acesso à escola apresentadas pelo

---

<sup>14</sup> A redação do Art. 126, *caput*, e § 1º, inc. I, da Lei de Execução Penal, assegura o direito à remição pelo estudo, na proporção de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar – atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em 3 (três) dias.

professor no que se refere às alunas buscarem remir a pena relacionam-se à participação dessas alunas nas aulas práticas de educação física, o que consiste num fator de possibilidades para o acontecimento da aula prática propriamente dita. Outro fator a ser destacado consiste no fato do sistema educacional entender as especificidades do funcionamento da educação no sistema prisional, oferecendo o ensino médio no horário noturno. Acerca disto, o professor esclarece:

[...] A gente percebeu que a maioria do ensino médio trabalha e o próprio sistema educacional preferiu colocar essas meninas à noite, porque era o único horário disponível para elas, né? Participarem da aula, e aí, a gente foi sendo incluso da noite, porque, apesar de chegarem cansadas, desmotivadas para aulas, as aulas de educação física eram um dos meios através dos quais existia aquela motivação, aquela vontade, aquela animação pela diversão e pelo prazer que é participar de uma aula de educação física. (Professor)

Outra possibilidade para a aula prática de educação física consiste na atratividade dentro do sistema prisional, visto que transporta as alunas para fora do ambiente fechado em que se encontram quando da realização das aulas práticas, através dos conteúdos propostos pela educação física. Quanto à atratividade mencionada anteriormente, o professor explica que:

**- Em relação a prática docente em si, como e que você relata a sua prática de educação física nesse ambiente? (grifo nosso)**

– É um ambiente que quer queira, quer não, eu sinto que eu contribuo para elas, principalmente porque a gente sabe que o ambiente prisional, o sedentarismo reina aqui dentro, o sedentarismo é aquela falta de atividade física, né? A falta de vontade de praticar alguma atividade, de exercitar, de botar o corpo em movimento, né? Quer queira, quer não, nas minhas aulas eu procuro o máximo, né? E até a gente sabe, prefere a vivência, a prática de alguma atividade física, de um jogo, de um esporte, seja lá o que for, para sair um pouco desse sedentarismo. (Professor)

A educação física proporciona uma gama de possibilidades para a realização das aulas. Ademais, consiste num componente curricular que não possui livro didático adotado pelo estado. Assim, as aulas são realizadas utilizando-se os objetos de conhecimentos expostos no Currículo de Pernambuco – brincadeiras e jogos, esportes, danças, lutas, ginástica e práticas corporais de aventura.

Após as análises, selecionamos as falas do professor de educação física, a fim de realizar aproximações com o referencial teórico por nós selecionado. Analisamos os dados empíricos através de nexos de informações com as entrevistas, apresentando os dados da realidade do ensino de educação física dentro do sistema

prisional. O convívio no dia-a-dia da unidade prisional e as análises das falas e das expressões faciais do entrevistado durante as observações das aulas buscaram-se analisar as categorias empíricas. Como explica Minayo (1998):

as categorias empíricas são aquelas construídas com finalidade operacional, visando ao trabalho de campo (a fase empírica) ou a partir do trabalho de campo. Elas têm a propriedade de conseguir apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica. (MINAYO, 1998, p. 94)

Consideramos como categorias empíricas “a prática docente”, “reflexões teórico-metodológicas” e “constituição da aula prática de educação física”, que apresentavam as unidades de contexto no campo das categorias, ou seja, o professor entrevistado, na categoria da prática docente, optava por determinados conceitos para aplicação metodológica na prática da educação física numa escola situada numa unidade prisional.

Como orientam Lüdke e André (1986 *apud* ONOFRE):

não é possível aceitar plena e simplesmente o discurso verbalizado como expressão da verdade ou mesmo do que pensa ou sente o entrevistado. É preciso analisar e interpretar esse discurso à luz de toda aquela linguagem mais geral e depois confrontá-la com outras informações da pesquisa e dados sobre o informante. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986 *apud* ONOFRE, 2014, p. 131)

Na categoria “reflexões teórico-metodológicas”, consideramos as situações vivenciadas pelo professor no constructo do desenvolvimento teórico-prático da sala de aula, ou seja, a falta do material didático, a interferência da segurança prisional no processo de ensino-aprendizagem e a falta de formação específica do professor para trabalhar no contexto prisional. Através da análise das anotações do diário de campo, observamos o cotidiano do professor em seu ritual, como ressalta Onofre (2014, p. 131):

o convívio com a rotina da vida na penitenciária foi importante para sentir o ambiente. As visitas foram tornando familiares detalhes que a princípio atemorizavam: - as portas que se abrem e se fecham a cada passagem, os rituais internos.

Por último, apresentamos as nossas considerações acerca da constituição da aula prática, destacando os impasses causados pela infraestrutura da escola, como,

por exemplo, a falta de espaço adequado para o desenvolvimento das aulas práticas de educação física. Destacamos, ainda, a organização das alunas em sala de aula, que é diferente nos três turnos escolares – matutino, vespertino e noturno.

Quadro 7 – Análise do conteúdo – categorias empíricas

<b>Categorias</b>	<b>Unidade de registro</b>	<b>Entrevistado</b>
Desafios da prática docente na unidade prisional	Prática docente	<b>A estrutura física para a realização da prática da educação física funciona?</b> – “Não, o funcionamento existe uma quadra, porém essa quadra é restrita apenas ao pavilhão, não é permitido o acesso dos professores da escola a essa quadra.”
	Reflexões teórico-metodológicas	<b>Em relação ao Currículo de Pernambuco, você tem ele como documento orientador ou você discorda do que está escrito?</b> – “Não, é porque a gente assim na EJA, porque o currículo ele não está específico para prisão, a gente sabe que está no sistema prisional e a gente tem que se adequar, apesar da, da escola ter uma certa liberdade, tem um certo limite que a escola pode ter porque está dentro de um regime prisional, num é? ... E eu geralmente costumo seguir o currículo, num é? Pelo menos o do fundamental dos anos iniciais e finais. É, eu costumo seguir.”
	Constituição da aula prática da educação física	“Olhe, o profissional, o profissional assim, feito eu falei, que a escola tem toda liberdade dentro do sistema, porém existem restrições, né? Os limite né? Tem liberdade, porém tem o limite do sistema prisional, fico um pouco frustrado em ter duas quadras e não poder atuar dentro da unidade, porém é uma norma, uma lei deles aqui que achou melhor por ventura, segurança dos professores, principalmente nós de educação física que vamos até a quadra, realizar o nosso trabalho, e infelizmente a gente adapta dentro da sala de aula.”

Fonte: O autor (2023).

Na próxima seção, realizamos as nossas considerações finais. Para tanto,

dedicamo-nos às informações obtidas através da análise dos dados, com o propósito de entender o olhar do professor de educação física acerca da sua prática docente na unidade prisional e como ele compreende os limites e as possibilidades inerentes ao seu dia a dia de trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o tratamento dos dados coletados e da realização das inferências, compreendemos a prática docente de educação física na unidade prisional. E com isso trará contribuições para os futuros professores de educação física e de outros componentes curriculares que lidarão com o público com privação de liberdade nas escolas inseridas nas unidades prisionais femininas.

Acreditamos que as informações presentes neste estudo apresentam para a área da educação física escolar importantes contribuições sobre a prática docente num ambiente ímpar, como é o ambiente prisional, e que, certamente, essas informações contribuirão com os professores lotados em escolas do sistema prisional; além disso, destacamos a relevância desta pesquisa para a comunidade acadêmica.

No período de 2010 a 2014, tivemos a oportunidade de ministrar aulas para esse público, na Escola Estadual Olga Benário Prestes, situada na Colônia Penal Feminina do Recife. Nos diálogos com a gestão escolar, percebemos o entusiasmo da escola em ter um professor de educação física, devido às dificuldades de encontrar professores para ministrar esse componente curricular. Nesse período, buscamos refletir acerca das nossas ações como professor e ampliar os nossos conhecimentos para ministrar aulas na escola de uma unidade prisional, ou seja, enfrentar os desafios, medos e angústias que a prisão carrega consigo. Agora, no período da pesquisa, vivenciamos, como pesquisador e com um olhar externo, a prática docente.

Após o período do contrato temporário, nos dedicamos aos estudos e nos preparamos para ingressar no mestrado. Como os acontecimentos desse período foram marcados positivamente na nossa vida acadêmica, escolhemos como o objeto de investigação a prática docente da educação física numa escola situada numa unidade prisional.

A privação de liberdade é um tema complexo que gera estudos em diversas áreas do conhecimento, devido à complexidade do sistema prisional que, a cada dia, passa por um crescimento ascendente, tanto da população feminina quanto da masculina. Nesse sentido, os aspectos da sociedade estão bem presentes, advindos tanto da sociedade externa, a qual discrimina a população carcerária, tratando-a como invisível, como se ela não existisse, quanto da sociedade interna, a própria população carcerária, que é gerada por essa sociedade externa, mencionada anteriormente.

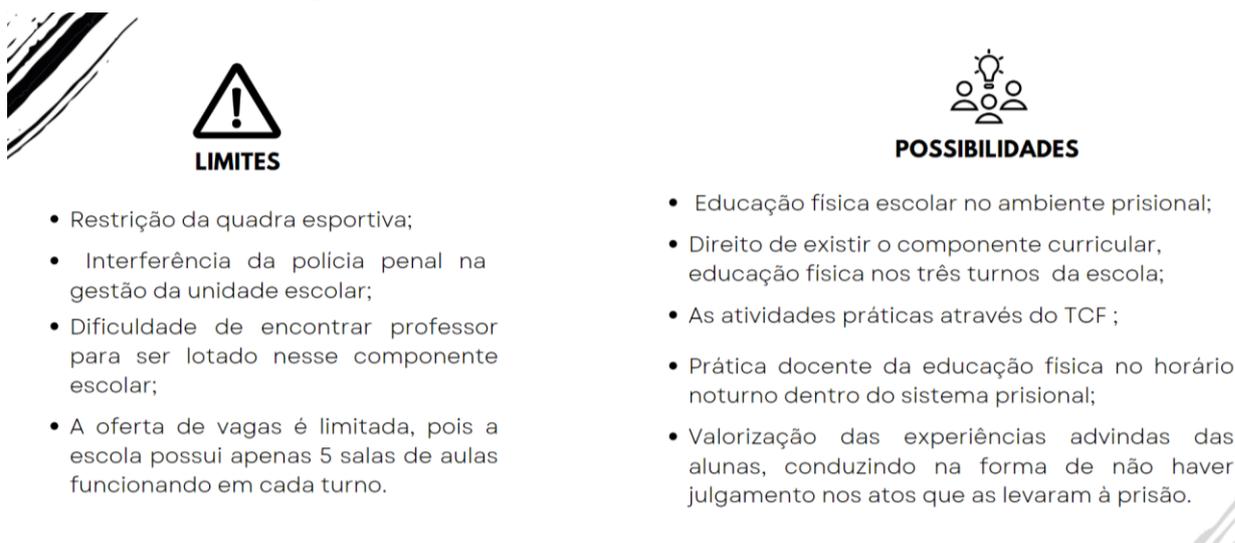
Nessa seara da sociedade, existem ações positivas de políticas públicas para

o contexto prisional, além das ONGs, dos conselhos, das pastorais e de outros órgãos que vivenciam o dia-a-dia das unidades prisionais, na tentativa de amenizar os problemas ocasionados dentro do ambiente carcerário, como, por exemplo, a superlotação e a dificuldade de cumprir os direitos fundamentais da Constituição Federal, dentre os quais saúde e educação.

No que tange à educação, a lei garante direitos às pessoas com privação de liberdade. No entanto, não há espaço físico suficiente para atender a todos que precisam estudar. Os espaços internos do sistema penitenciário são bem disputados para a construção de novas celas, conflitando com a construção e ampliação das escolas, o que ocasiona entraves entre as gestões escolar e prisional em determinadas unidades prisionais.

Observamos, ao longo deste estudo, os limites e as possibilidades da prática docente de educação física escolar na unidade prisional. Acreditamos que os objetivos traçados no início da pesquisa foram alcançados, após à análise dos dados. As informações obtidas no decorrer da pesquisa mostram os limites para o desenvolvimento da prática docente, como, por exemplo, a restrição das quadras esportivas, o que impede a realização das aulas práticas de educação física; além da interferência da polícia penal na gestão da unidade escolar.

Figura 2 -Os limites e possibilidades da prática docente



Fonte: O autor (2023).

A educação física escolar proporciona um leque de atividades teóricas e práticas no desenvolvimento das aulas: o movimento corporal e as manifestações

corporais estão presentes em algumas delas. No entanto, nas aulas realizadas dentro da unidade prisional, essas aulas, em geral, são evitadas, devido à questão da segurança, ou seja, a interferência é diretamente proporcional no desenrolar das aulas. Por exemplo, na fala do professor, quando ele cita a interferência direta do sistema penitenciário no término das aulas, por fatores externos, como, por exemplo, o número reduzido do quantitativo da polícia penal num plantão.

Para compreender a realidade pesquisada, definimos os objetivos geral e específicos, no intuito de responder o questionamento desta pesquisa. Assim, a pesquisa apresentou os limites e as possibilidades da prática de educação física em uma escola situada numa unidade prisional, a partir das anotações de observação de aulas no diário de campo e das informações obtidas através da entrevista semiestruturada realizada com o professor. Diante disso, evidenciamos o direito da escola ofertar o componente curricular educação física nos três turnos, porém evidenciamos, também, a dificuldade de encontrar professor para ministrar esse componente curricular. Reiteramos que o levantamento realizado nas unidades prisionais femininas da região metropolitana do Recife, precisamente na Escola Olga Benário Prestes, situada na Colônia Penal Feminina do Recife, demonstrou que esta escola não tinha lotação de professor de educação física no seu quadro desde 2014; enquanto na Escola Irmã Dulce, na Penitenciária Feminina de Abreu e Lima, o vínculo do professor de educação física com a escola era através de contrato temporário.

Em relação ao ambiente de pesquisa, a aula de educação física é restrita à sala de aula, o professor não tem o direito de levar as alunas para a realização de aulas práticas fora da sala de aula, pois não é permitido utilizar a quadra existente na unidade prisional nem o pátio do pavilhão. A polícia penal relata que é por motivos de segurança e precaução que não permite o uso desses ambientes, pois, nas aulas práticas, fora da sala de aula, podem ocorrer incidentes com as alunas, e, dentro da unidade prisional, não é fácil de realizar o socorro médico, e caso aconteça um acidente grave é preciso alterar toda a organização de segurança da unidade prisional para socorrer a aluna fora da unidade prisional. Então, para não ocorrer esse risco, as aulas práticas não acontecem.

Porém, o professor não restringiu seu planejamento apenas às aulas teóricas. Ele realizou as atividades práticas na própria sala de aula, através das habilidades presentes no Currículo de Pernambuco: vivenciar, experimentar, fruir – brincadeiras e jogos, esportes, danças, lutas, ginástica e práticas corporais de aventura, garantindo

o direito das alunas de realizar as vivências propostas em aula.

Esse direito é garantido, pois a oferta de vagas é limitada, visto que a escola possui apenas cinco salas de aula funcionando em cada turno, restringindo o quantitativo de alunas para 15 turmas divididas entre ensino fundamental – anos iniciais e anos finais – e ensino médio. O quantitativo de alunas matriculadas por turma não lota a sala de aula. Tem uma turma com apenas 11 alunas, como é o caso da EJA8B – ensino fundamental –, e turmas com 20 alunas, como, por exemplo, a EJA 8C – ensino fundamental –. Uma explicação para essa diferença de quantitativo é o horário ofertado pela escola para as alunas se matricularem, uma vez que o horário noturno é o mais procurado.

Trazendo para a discussão os limites inerentes à prática docente, observamos o seguinte: capacitação específica para área de atuação; organizador curricular para modalidade de ensino – considerando a especificidade do local de trabalho, ambiente restrito à escola, regras a serem cumpridas e restrição ao ambiente externo; quadra e pátio.

O professor evidencia a dificuldade de encontrar cursos, simpósios e capacitações na área de educação física escolar em unidade prisional; além da particularidade da prática docente na modalidade da EJA, tornando um desafio fundamentar seus conhecimentos teóricos. Outra dificuldade encontrada é a referência curricular, pois o Estado de Pernambuco divulgou apenas o Currículo de Referência para o ensino fundamental, de forma que, pelo menos até o término da pesquisa de campo, o Currículo para o Ensino Médio e o Currículo para Modalidade de Educação de Jovens e Adultos não foi divulgado.

Diante disso, o professor precisa adaptar os objetos de conhecimento previsto em lei na sua prática docente, encontrando entraves para desenvolver o seu planejamento de aula.

Outra consideração que precisa ser mencionada diz respeito ao limite da prática docente no que diz respeito ao local de trabalho. No ambiente prisional, existem diversas regras, desde a entrada do professor na unidade prisional até o seu percurso até a sala de aula, como também o seu comportamento em sala de aula.

Na entrada, o professor deve passar por uma revista, através do aparelho de detector de metais, depois ele faz um cadastro de identificação, com horário de entrada e saída, informando a documentação de identificação, que é registrada pela polícia penal de plantão. Após isso, o professor passa por outra detecção de metal no

corredor da unidade, antes de chegar à unidade escolar. Finalmente, ao chegar dentro da unidade escolar, há grades e cadeados que precisam ser abertos e, em seguida, fechados para entrada na unidade escolar. Há apenas uma entrada e uma saída na escola, porém as salas de aula, sala dos professores e coordenação/diretoria não são trancadas – nome comum no sistema prisional para relatar fechamento de porta, segurança contra roubo ou saída, ferrolho, cadeado –, ou seja, as portas ficam abertas até no horário das aulas.

Considerando que a educação física consiste num componente curricular que desenvolve atividades práticas, há uma restrição para as aulas acontecerem pela polícia penal, que limita a realização das aulas à unidade escolar. Dessa forma, os ambientes como, por exemplo, pátio e quadra são restritos apenas para banho de sol, ou seja, a prática docente acontece apenas em sala de aula e as habilidades de vivenciar, experimentar, fruir a ginástica, o esporte, por exemplo, são resumidas ao pequeno espaço da sala de aula. Ademais, identificamos também que, no horário noturno, há certa restrição no que tange ao barulho durante as aulas práticas.

O professor tem o SIEPE, sistema de informação que precisa ser alimentado semanalmente, com a frequência das alunas e com o planejamento escolar – organizador curricular a ser cumprido, projetos. Nesse sistema, o professor encontra as habilidades futuras que precisam ser trabalhadas, o que acaba orientando a sua para sua prática docente. Por exemplo, nas turmas de concluintes, deve-se desenvolver o trabalho de conclusão final, que acontece no final do módulo 8 – esse módulo é referente ao módulo final do ensino fundamental, para ingressar no próximo módulo, o do ensino médio. No período da pesquisa, o professor planejou o trabalho sobre a ginástica, tomando como referência a ginasta Rebeca Andrade. As alunas produziram cartazes sobre a ginástica e ensaiaram uma coreografia apresentada para toda a escola como atividade final de conclusão.

Em relação às possibilidades existentes quanto ao conhecimento teórico e prático do professor de educação física, há formações continuadas ofertadas pela Gerência Metro Norte – devido à localização da unidade escolar –, porém não há uma formação direcionada para escolas situadas em unidades prisionais, conforme relato do professor. Outra forma de adquirir o conhecimento é através dos encontros promovidos pela Secretaria Executiva de Ressocialização. Nesses encontros, outros professores de unidades prisionais participam para a troca de experiências e discussão de vivências na unidade escolar dentro do sistema prisional.

Além disso, identificamos que as aulas de educação física também acontecem no horário noturno. No sistema prisional, a organização curricular foi realizada visando atender às alunas que trabalham no horário da manhã e da tarde. Dessa forma, o sistema prisional aceitou essa estrutura montada pela Secretaria de Educação e Esporte.

O professor de educação física ganha notoriedade pela realização da sua prática docente envolvente e diversificada, com conteúdos que geram prazer, como, por exemplo, jogos e brincadeiras, danças, esportes etc., para alunas que chegam cansadas e desmotivadas pelo dia árduo de trabalho.

Por fim, destacamos a compreensão do papel professor de educação física perante a realidade do componente curricular frente à escola na unidade prisional, em que a prática docente é desenvolvida para alunas matriculadas na modalidade da EJA, acontecendo por meio de módulos semestrais. Nessa etapa da pesquisa, procuramos entender o cotidiano do professor, através da observação das suas aulas, sendo os acontecimentos identificados e registrados num diário de campo. Ademais, no transcorrer dessa vivência, realizamos uma entrevista semiestruturada com o professor de educação física selecionado e, através dessa coleta de dados, identificamos várias informações por meio da Análise do Conteúdo Categorical (BARDIN, 2011).

Percebemos que a prática docente do professor de educação física numa escola situada numa unidade prisional não difere de várias escolas situadas no ambiente externo dos presídios. A falta de material pedagógico – bola, corda, cone, arco etc. –, espaço físico inadequado para a prática corporal, material didático – livro do aluno ou apostilas – são limites existentes para o desenvolvimento da prática docente. Diante disso, o professor sempre precisa procurar adaptar-se ao ambiente que está trabalhando.

No sistema prisional, além dos limites mencionados anteriormente, existem as regras que devem ser cumpridas. A esse respeito, uma questão a ser considerada é que a maioria das alunas estão sempre presentes, pois já se encontram no local no qual serão realizadas as aulas. Mas, o sistema prisional, por diversos motivos relatados aqui, apresenta uma grande interferência no funcionamento da escola e na prática docente de educação física, como, por exemplo, uma presa/aluna ficar em isolamento por motivos de indisciplina e, assim, não poder frequentar a aula ou, até mesmo, quando o sistema penitenciário resolve fechar completamente a unidade

prisional, restringindo o a terceiros – professores –, com exceção da polícia penal e da equipe de saúde.

Em síntese, notamos, no levantamento bibliográfico realizado para a construção do estado do conhecimento, um quantitativo pequeno de pesquisas que têm como descritor - *educação física escolar*, nos repositórios pesquisados, como também a baixa procura de professores de educação física para serem lotados nas escolas situadas dentro das unidades prisionais.

Diante do exposto, sinalizamos que esta pesquisa não esgota a temática em questão, uma vez que muitas realidades necessitam ser esclarecidas em pesquisas futuras, como, por exemplo, a visão das alunas acerca da educação física escolar.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

ANDRÉ, M. E. D. A Estudo de caso: seu potencial na educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 49, p. 51-54, mai., 1984.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1998.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS FILHO, Armando Dantas de. **Educação física e direitos humanos em prisões: uma análise das ações de educação física e esporte na educação de jovens e adultos em privação de liberdade**. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BRASIL. Lei 9394/1996 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10/05/2023.

BRASIL. Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984 - **Lei de Execução Penal**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 10/05/2023.

BRASIL. **Decreto n.º 69.450, de 1 de novembro de 1971**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69450-1-novembro-1971-418208-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10/05/2023.

BRASIL. Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879. **Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Imperio**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 10/05/2023.

BRASIL. Lei n.º 12.433, de 29 de junho de 2011. **Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.433%2C%20DE%2029,por%20estudo%20ou%20por%20trabalho](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.433%2C%20DE%2029,por%20estudo%20ou%20por%20trabalho). Acesso em: 10/05/2023.

BRASIL. Ministério da Justiça: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução n.º 03, de 11 de março de 2009**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&Itemid=30192). Acesso em: 10/05/2023.

BRASIL. Ministério da Justiça: Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n.º 391, de 10 de maio de 2021**. Disponível em:

[https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3918#:~:text=Estabelece%20procedimentos%20e%20diretrizes%20a,unidades%20de%20priva%C3%A7%C3%A3o%20de%20liberdade](https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3918#:~:text=Estabelece%20procedimentos%20e%20diretrizes%20a,unidades%20de%20priva%C3%A7%C3%A3o%20de%20liberdade. Acesso em: 12/11/2021.). Acesso em: 12/11/2021.

BRASIL. **Lei n.º 12.433, de 29 de junho de 2011**. Altera a Lei n.º 7210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Brasília, 29 de junho de 2011. 190º da Independência e 123º da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm). Acesso em: 11/11/2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parecer CNE/CEB nº 2/2010**. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Portal do MEC: Diretrizes para a Educação Básica. Brasília, DF: 2010. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN22010.pdf?query=Brasil](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN22010.pdf?query=Brasil). Acesso em: 10/05/2023.

BRASILIA: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento Penitenciário Nacional, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – **INFOPEN Mulheres**. 2ª. Edição. 2017 Disponível em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-> Acesso:21/07//2021

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

CARREIRA, D. **Relatório nacional para o direito humano à educação: educação nas prisões brasileiras**. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009.

CARVALHO, O. F. de; GUIMARÃES, S. A educação escolar prisional no Brasil sob ótica multicultural: identidade, diretrizes legais e currículos. Horizontes, [S. l.], v. 31, n. 2, 2013. DOI: 10.24933/horizontes. V31i2.6. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/6>. Acesso em: 10/05/2023.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar em Revista, [S.l.], v. 20, n. 24, p. p. 213-225, dez. 2004. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2216/1859>>. Acesso em: 10/05/2023.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005

FILHO, A. D. B. **Educação física e direitos humanos em prisões: uma análise das ações de educação física e esporte na Educação de Jovens e Adultos em privação de liberdade**. 208 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação**

**& Sociedade**. V. 23, n. 79, p.257-272, Ago., 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GADOTTI, M. Palestra de encerramento. *In*: MAIDA, M. J. D. (Org.). **Presídios e educação**. São Paulo: FUNAP, 1993. p. 121-148.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRACIANO, M.; SCHILING, F. A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 25, p. 111-132, 2008.

HADDAD, S.; PIERRO, M. C. D. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, mai./ago., 2000.

LIMA, R. **História da Educação Física: algumas pontuações**. REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 246–257, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/199>. Acesso em: 10 maio. 2023

MAEYER, M. de. **Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida?** Revista de Educação de Jovens e Adultos: alfabetização e cidadania, Brasília, n. 19, p.17-37 ,2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS; E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, C. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1996.

NOGUEIRA, O. **Coleção Constituições brasileiras**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

NUNES, C. M.; PEDROSA, M. P. C.; BRETAS, M. L; SÁ NETO, F. **História das prisões no Brasil**. v.1. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

NUNES, C. M.; PEDROSA, M. P. C.; BRETAS, M. L; SÁ NETO, F. **História daa prisões no Brasil**. v.2, Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

ONOFRE, E.; JULIÃO, E. **A. educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013.

ONOFRE, E. M. C.; MENOTTI, C. C. **Formação de professores e educação na prisão: construindo saberes, cartografando perspectivas**. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 9, n. 15, p. 149-162, ago./dez., 2011.

ONOFRE, E. M. C. **Educação escolar na prisão: o olhar de alunos e professores**.

Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A prisão: instituição educativa? Cadernos CEDES, Campinas, v. 36, p. 43-59, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/cc0101-32622016162569> Acesso: 10/05/2023

OTTOBONI, M. **A comunidade e a execução da pena**. Aparecida: Santuário, 1984.

PENNA, M. G. de O. Exercício docente na prisão: apontamentos sobre aspectos do habitus do professor. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 31-38, jul./dez., 2006.

PERNAMBUCO. Secretaria Estadual de Educação. **Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco**. Parâmetros Curriculares de Educação Física para Ensino Fundamental e Médio. Recife- PE, 2012.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco – Ensino Fundamental**. Recife: Secretaria de Educação e Esportes, 2020. Disponível em: <https://www.afogadosdaingazeira.pe.gov.br/selecao-simplificada/CURRICULO-DE-PERNAMBUCO-ENSINO-FUNDAMENTAL.pdf> . Acesso em: 10/05/2023.

ROMANOWSKI, J.P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em Educação**. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=viw&dd98=pb>. Acesso em: 10/05/2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. M.; FEITOSA, S. O comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco: 25 anos a serviço da sociedade. *In*: Comissão de Ética em Pesquisa da ANPEd (Org.). **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios. v. 2.. Rio de Janeiro: ANPEd, 2021. p. 171-181

SOARES, C. L. *et al.* **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, João Francisco de. **Prática pedagógica e formação de professores**. Organizadores: BATISTA NETO, José; SANTIAGO, Eliete. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009

SOUZA JÚNIOR, M. B. M.; MELO, M. S. T.; SANTIAGO, M. E. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em educação física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 31-49, jul./set., 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 9. ed. Petrópolis: Vozes,

2008.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

## APÊNDICE A – TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
Av. da Arquitetura, s/n – Cidade Universitária  
Centro de Educação, Recife/PE – CEP: 50740-550  
Fone: (81) 2126.833

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa **A PRÁTICA DOCENTE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA PENITENCIÁRIA FEMININA DE ABREU E LIMA EM PERNAMBUCO: LIMITES E POSSIBILIDADES**, que está sob a responsabilidade do pesquisador Luís Gustavo da Costa Pereira, com endereço na Rua José Alexandre Caçador, 138, Rosarinho, Recife-PE, CEP 52041-360. Telefone para contato: (81) 991354033. E-mail: [luis.pereira@ufpe.br](mailto:luis.pereira@ufpe.br). Esta pesquisa está sob a orientação da Professora Doutora Márcia Regina Barbosa. Telefone: (351) 915118901. E-mail: [marcia.barbosa@ufpe.br](mailto:marcia.barbosa@ufpe.br). Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação:

Esta pesquisa está sendo realizada como parte do desenvolvimento da

dissertação de mestrado do pesquisador responsável. O seu objetivo é compreender os sentidos e os significados presentes na prática docente do professor de educação física no contexto prisional feminino da região metropolitana do Recife. Será realizada uma entrevista semiestruturada com aplicação de um questionário com perguntas fechadas e abertas com duração de cerca de 60 minutos e a observação da prática docente do professor(a) no ambiente escolar dentro da unidade prisional feminina da região metropolitana do Recife.

#### RISCOS:

Toda pesquisa envolve certo grau de risco. Aqui, o pesquisador precisará adentrar na escola de uma unidade prisional para realizar a coleta de dados da pesquisa. O questionário e a entrevista serão realizados na sala da gestão escolar ou na sala de professores, respeitando o ambiente seguro e sigiloso para respostas advindas da coleta.

#### BENEFÍCIOS:

Por se tratar de uma pesquisa sobre a compreensão da prática docente de professores de educação física, as informações tratadas visam contribuir para a divulgação perante à comunidade científica, principalmente para a área da educação física escolar entender os aspectos vivenciados na unidade prisional. No que se refere à população geral, esta pesquisa visa indicar a necessidade de apresentar as possibilidades da prática docente do professor de educação física na unidade prisional feminina e qualificar a atuação desses nos espaços educacionais.

Esclarecemos que os participantes desta pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (questionários, observação das aulas e gravação das entrevistas) ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador Luís Gustavo da Costa Pereira, no endereço Rua José Alexandre Caçador, 138, Rosarinho, Recife-PE, CEP 52041-360, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o(a) senhor(a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE, no endereço: Avenida da Engenharia s/n - 1º Andar, sala 4, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600. Telefone: (81) 2126.8588. E-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br.

---

(assinatura do pesquisador)

### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO(A)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **A PRÁTICA DOCENTE DA EDUCAÇÃO**

**FÍSICA NA PENITENCIÁRIA FEMININA DE ABREU E LIMA EM PERNAMBUCO: LIMITES E POSSIBILIDADES** como voluntário(a). Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo(a) pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Aceito participar da pesquisa ( ) Não aceito participar da pesquisa ( )

Local e data \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar.** (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

## APÊNDICE B – CARTA DE ANUÊNCIA



SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

### CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos o pesquisador **LUÍS GUSTAVO DA COSTA PEREIRA**, vinculado ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, a desenvolver o seu projeto de pesquisa intitulado "A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO AMBIENTE DE ALUNAS PRIVADAS DE LIBERDADE" que está sob a orientação da Profa. Dr<sup>a</sup> Marcia Regina Barbosa.

O projeto tem como objetivo analisar a prática pedagógica do professor de educação física no ambiente de privação de liberdade feminino. O mesmo tem por locus da pesquisa a escola localizada na Unidade Prisional Feminina do Recife e Abreu e Lima. Nesta pesquisa será utilizada pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas e questionários que serão realizadas com professores e estudantes. Além do acompanhamento da prática pedagógica dos professores de educação física dessa unidade escolar.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do pesquisador aos requisitos da Resolução nº 466/2012 CNS/CONEP e da Resolução nº 510/2016 CNS, comprometendo-se o mesmo a utilizar as informações e dados dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Além de considerar a especificidade da referida Unidade Escolar que está dentro de uma Unidade Prisional, logo, também jurisdicionada a Secretaria Executiva de Ressocialização. Sendo assim, deve se submeter aos protocolos, orientações e restrições estabelecidos pela estrutura administrativa na qual está inserida a referida escola.

A pesquisa não poderá causar interrupção das atividades discentes e/ou docentes durante o período e horário de aula no recinto escolar, bem como considerar as regras e protocolos sanitários em vigência. Evitando também, prejudicar o Calendário Escolar Letivo, bem como, não interferir na rotina de atividades planejadas pela escola ao longo do ano. Ficando também o pesquisador obrigado a fornecer esclarecimentos antes, durante e após o desenvolvimento da referida pesquisa, quando solicitada pela escola e/ou Secretaria de Educação e Esportes.

No caso do não cumprimento dos itens acima, enfatizamos a autonomia desta SEE retirar a anuência a qualquer momento sem penalização alguma e que não haverá nenhum custo/despesa para esta instituição (escola ou Secretaria de Educação e Esportes) que seja decorrente da participação nessa pesquisa. Ressaltamos, entretanto, que esse consentimento não impede que o projeto venha ser readequado pela equipe gestora escolar de acordo com as necessidades da escola.

Recife, 21 de setembro de 2021

**Durval Paulo Gomes Júnior**

Assessor Pedagógico da Secretaria executiva de Desenvolvimento da Educação



Documento assinado eletronicamente por **Durval Paulo Gomes Júnior**, em 21/09/2021, às 13:06, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_organ\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_organ_acesso_externo=0), informando o código verificador **17176120** e o código CRC **093D1EEE**.

## APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE VÍNCULO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

CNPJ: 24.134.488/0001-08  
Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE  
acompanhamentodiscente.propg-grp@ufpe.br

## DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins a que se fizerem necessários, que **Luís Gustavo da Costa Pereira** é aluno(a) **REGULAR** vinculado(a) a este(a) universidade, sob o número **20201037497**, no programa de **EDUCAÇÃO - MESTRADO - RECIFE**.

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO do(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, em Recife, 23 de dezembro de 2021.

Código de verificação:  
**eafe8ed255**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <https://sigaa.ufpe.br/sigaa/documentos>, informando a matrícula, data de emissão do documento e o código de verificação.

## APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO

Nome do professor(a):

1. Nome e Localização da Escola?
2. Estrutura física para prática docente?

Estrutura Administrativa

- 1) Situação funcional dos professores de educação física (contrato, efetivo, comissionado)?
- 2) Tempo de serviço na escola?
- 3) Utiliza recursos didáticos e de apoio (vídeo, computador, máquina fotocopadora etc.) durante as aulas?
- 4) Ministra aulas em quais turmas da escola?

Estrutura Pedagógica

- 1) Participou da construção da Proposta Política-Pedagógica?
- 2) Participou da construção do Regimento Escolar?

Acompanhamento do processo ensino-aprendizagem

- 1) Realiza os registros de aula (plano de aula, plano de ensino)?
- 2) Realiza os registros no Siepe (frequência escolar, expectativas de aprendizagem)?
- 3) Participa de projetos de conclusão do conteúdo proposto pela escola ou por iniciativa própria?

PARTE II

Entrevista com o professor(a):

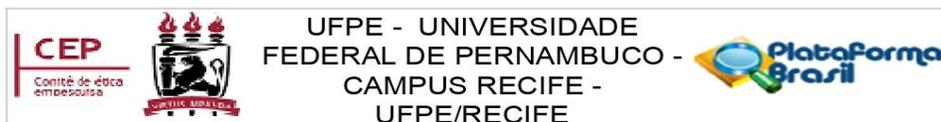
- 1) Formação acadêmica (local e tempo de experiência)?

- 2) Tempo no cargo nessa escola?
- 3) Como planeja seu trabalho (mensal, bimestral, semanal)?
- 4) Segue alguma orientação teórico-metodológica para prática docente da educação física?
- 5) Participa de formação continuada? Por exigência da escola ou por vontade própria?
- 6) As formações continuadas estão ligadas à área da educação no ambiente prisional?

Trabalho docente:

- 1) Como você relata sua prática docente acerca da educação física nesse ambiente?
- 2) Considera-se contemplado com sua formação para exercer a prática nesse local?
- 3) Em quais fontes busca aperfeiçoamento para sua prática docente na unidade prisional?
- 4) Como planeja seu trabalho para atuar nos diversos horários na escola?
- 5) Onde busca subsídios para planejá-lo?
- 6) Quais possibilidades existentes para realizar as aulas práticas durante o turno noturno?
- 7) Como descreve sua turma de alunas?
- 8) Existem entraves para realizar as aulas práticas no “pátio da escola”?
- 9) Como compreende a prática docente do professor(a) de educação física na escola inserida na unidade prisional?

## APÊNDICE E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A PRÁTICA DOCENTE DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO AMBIENTE DE ALUNAS COM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

**Pesquisador:** LUIS GUSTAVO DA COSTA PEREIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 56449922.4.0000.5208

**Instituição Proponente:** Centro de Educação

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.337.297

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de dissertação em Educação, do Programa de pós-graduação em Educação da UFPE (Recife), interessado em investigar, por meio de uma entrevista presencial com o professor de Educação Física da Escola Irmã Dulce (localizada dentro da Unidade prisional feminina de Abreu e Lima), as questões que envolvem a prática docente do professor de educação física em uma escola situada no contexto prisional feminino da região metropolitana do Recife. A entrevista será transcrita e as informações obtidas serão analisadas por meio da análise de conteúdo de Bardin.

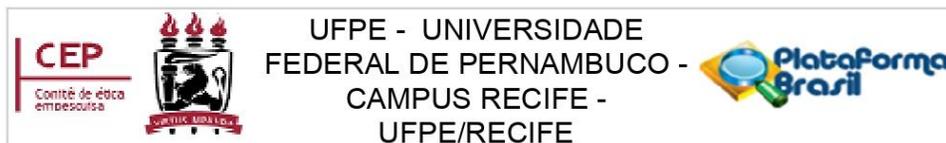
#### Objetivo da Pesquisa:

a) Avaliar as condições ofertadas pelas unidades prisionais femininas da região metropolitana do Recife no sentido de garantir o direito da presa ao ensino de educação física escolar; b) Analisar os limites inerentes no desenvolvimento da prática docente do professor de educação física na escola inserida dentro da unidade prisional; c) Analisar as possibilidades existentes para realização da prática docente do professor de educação física na escola inserida dentro da unidade prisional; d) Compreender o papel do professor de educação física perante a realidade do componente curricular frente à escola no ambiente prisional para alunas da modalidade de educação de jovens e adultos.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram adequadamente descritos e avaliados.

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 5.337.297

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Importante incluir na análise uma reflexão sobre a representatividade de um único professor, atuante em uma única escola para, a partir do seu universo de referência, propor explicações sobre "a prática do docente em educação física" em geral.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados e estão adequados.

**Recomendações:**

Sem recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Protocolo Aprovado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Protocolo foi avaliado na reunião do CEP e está APROVADO, com autorização para iniciar a coleta de dados. Conforme as instruções do Sistema CEP/CONEP, ao término desta pesquisa, o pesquisador tem o dever e a responsabilidade de garantir uma devolutiva acessível e compreensível acerca dos resultados encontrados por meio da coleta de dados a todos os voluntários que participaram deste estudo, uma vez que esses indivíduos têm o direito de tomar conhecimento sobre a aplicabilidade e o desfecho da pesquisa da qual participaram.

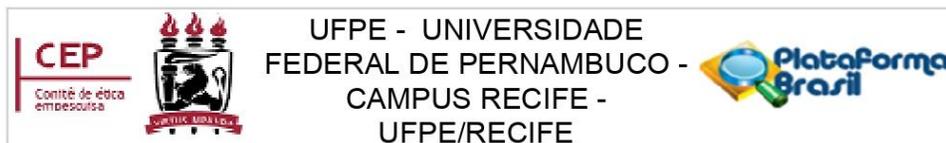
Informamos que a aprovação definitiva do projeto só será dada após o envio da NOTIFICAÇÃO COM O RELATÓRIO FINAL da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final disponível em [www.ufpe.br/cep](http://www.ufpe.br/cep) para enviá-lo via Notificação de Relatório Final, pela Plataforma Brasil. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado. Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada com a devida justificativa.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1880414.pdf	04/03/2022 13:04:44		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Brochura_Luis_Gustavo_da_Costa_Pereira_CEP.pdf	04/03/2022 13:04:20	LUIS GUSTAVO DA COSTA PEREIRA	Aceito

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** [cephumanos.ufpe@ufpe.br](mailto:cephumanos.ufpe@ufpe.br)



Continuação do Parecer: 5.337.297

Investigador	Brochura_Luis_Gustavo_da_Costa_Pereira_CEP.pdf	04/03/2022 13:04:20	LUIS GUSTAVO DA COSTA PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	04/03/2022 13:02:01	LUIS GUSTAVO DA COSTA PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto_Luis_Gustavo.pdf	04/03/2022 10:56:10	LUIS GUSTAVO DA COSTA PEREIRA	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Orientadora.pdf	04/03/2022 10:30:17	LUIS GUSTAVO DA COSTA PEREIRA	Aceito
Outros	curriculo_lattes.pdf	18/01/2022 21:12:48	LUIS GUSTAVO DA COSTA PEREIRA	Aceito
Outros	Termo_compromisso_confidencialidade.docx	18/01/2022 21:06:21	LUIS GUSTAVO DA COSTA PEREIRA	Aceito
Outros	declaracao_matricula.pdf	02/01/2022 22:41:23	LUIS GUSTAVO DA COSTA PEREIRA	Aceito
Outros	Carta_de_Anuencia.pdf	02/01/2022 22:38:27	LUIS GUSTAVO DA COSTA PEREIRA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RECIFE, 07 de Abril de 2022

Assinado por:  
**LUCIANO TAVARES MONTENEGRO**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br

## ANEXO A – REPOSITÓRIO CAPES

- Descritores: Prática docente *AND* Educação Física *AND* Educação de Jovens e Adultos *AND* EJA *AND* Privação de liberdade.

1. ROSENAU, N, R. **Práticas de educação física no cárcere:** tecnologias digitais como recurso pedagógico. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Teoria e Prática de Ensino) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

- Descritores: Prática docente *AND* Educação Física *AND* Privação de liberdade

1. ROSENAU, N, R. **Práticas de educação física no cárcere:** tecnologias digitais como recurso pedagógico. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Teoria e Prática de Ensino) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

2. NOVAIS, E. S. **O ciclo vigília/sono dos(as) alunos(as) na organização do trabalho docente:** as particularidades do corpo nas cenas da aula. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

3. GANDINI JÚNIOR, A. **O adolescente infrator e os desafios da política de atendimento à infância e à adolescência institucionalizada.** 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2015.

4. SOUZA, C. M. **Educação física na medida socioeducativa de internação:** um estudo sobre práticas educativas e mecanismos de resistência. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos, 2018.

5. CUSTODIO, G. C. C. **A educação física em “celas de aula”:** possibilidades e desafios de professores iniciantes atuantes em unidades prisionais. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

- Descritores: Prática docente *AND* Educação Física *AND* Educação de Jovens e Adultos *AND* EJA.

1. ALVES, C. D. N. **Da formação inicial à continuada para a EJA:** desafios e implicações para a prática docente. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de professores) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.

2. HIR, J. C. A. **A escrita como procedimento de autoria na Educação de Jovens e Adultos no contexto prisional**. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Teoria e Prática de Ensino) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
3. ROSENAU, N, R. **Práticas de educação física no cárcere: tecnologias digitais como recurso pedagógico**. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Teoria e Prática de Ensino) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
4. SILVA, H. M. L. **A EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DO SERTÃO SERGIPANO: UM ESTUDO DE CASO**. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2017.
5. BRITO, C. E. N. **Inclusão em contextos, contrastes e desafios: um estudo de caso sobre a aprendizagem na educação básica em Aracaju/Sergipe**. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2018.
6. ESTEVES, A. T. **Representações sociais de EJA por professores de uma escola municipal da zona oeste do Rio de Janeiro**. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2010.
7. PEREIRA, R. R. **Diálogos sobre a educação física na Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva freireana**. 163 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
8. NETO, G. Z. **Delineamento de ações educativas para o ensino de física na Educação de Jovens e Adultos**. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.
9. GAVA, A. R. A. **A educação física para jovens e adultos: estudo de feição etnográfica em escola pública do município do Rio de Janeiro**. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.
10. FREITAS, E. T. F. **A linguagem na formação de conceitos na sala de aula de física na Educação de Jovens e Adultos**. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
11. FARIA, A. L. F. **A educação de jovens e adultos do campo: um estudo nos projetos de assentamento de Natalândia-MG**. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.
12. COSTA, M. da C. dos S. **TRABALHO E FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE BELÉM/PA**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade

Federal do Pará, Belém, 2017.

13. SANTIAGO, F. A. B. **Reflexões sobre o ensino e aprendizado na EJA, a partir do pensamento complexo**. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

## ANEXO B – REPOSITÓRIO BDBTD

- Descritores: Prática docente *AND* Educação Física *AND* Educação de Jovens e Adultos *AND* EJA *AND* Privação de liberdade.

1. SIZANOSKY, L. H. da S. N. **Curadoria do conhecimento na prática educativa: uma proposição metodológica para a educação em privação de liberdade.** 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional Uninter, 2019.

2. ROSENAU, N, R. **Práticas de educação física no cárcere: tecnologias digitais como recurso pedagógico.** 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Teoria e Prática de Ensino) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

3. GIONGO, S. L. **Buscando convergências entre valores e práticas pedagógicas: o ensino de ciências em um ciclo de pesquisa-ação na escola em uma prisão.** 128 f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física - Universidade Federal do Rio Grande do Sul , 2021.

- Descritores: Prática docente *AND* Educação Física *AND* Educação de Jovens e Adultos *AND* EJA

1. GERALDO, D. P. **Prática docente de educação física na educação de jovens e adultos.** 194 f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, 2009.

2. LEMES, V. B. **Relatos de uma proposta de educação física escolar: a promoção da saúde na educação de jovens e adultos (EJA).** 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

3. IWASAWA, S. **A história de uma educação de jovens e adultos no município de Rio Claro-SP.** 137 f. Dissertação (mestre em educação), Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista, 2016.

4. SIMIRIO, L. V. B. **Ação docente em ciências naturais na Educação de Jovens e Adultos (EJA): um olhar histórico-crítico e histórico-cultural.** Universidade do Oeste Paulista, 2020.

5. BARROS, J. M. A. **A organização didática da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos no sistema público de ensino do município de Natal-RN.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2016

6. ROSENAU, N, R. **Práticas de educação física no cárcere: tecnologias digitais como recurso pedagógico.** 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em

Educação: Teoria e Prática de Ensino) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018

7. HIR, J. C. A. **A escrita como procedimento de autoria na Educação de Jovens e Adultos no contexto prisional.** 2017.

8. SIZANOSKY, L. H. da S. N. **Curadoria do conhecimento na prática educativa: uma proposição metodológica para a educação em privação de liberdade.** 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional Uninter, 2019.

10. GIONGO, S. L. **Buscando convergências entre valores e práticas pedagógicas: o ensino de ciências em um ciclo de pesquisa-ação na escola em uma prisão.** 128 f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física - Universidade Federal do Rio Grande do Sul , 2021..

11. STEPHANIE, M. de M. **Limitação do uso da voz na docência e a prática de atividade física no lazer:** Educatel Brasil 2015-16. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

- Descritores: Educação Física *AND* Educação de Jovens e Adultos *AND* EJA *AND* Privação de liberdade

1. SIZANOSKY, L. H. da S. N. **Curadoria do conhecimento na prática educativa: uma proposição metodológica para a educação em privação de liberdade.** 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional Uninter, 2019.

2. ROSENAU, N, R. **Práticas de educação física no cárcere: tecnologias digitais como recurso pedagógico.** 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Teoria e Prática de Ensino) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

3. GIONGO, S. L. **Buscando convergências entre valores e práticas pedagógicas: o ensino de ciências em um ciclo de pesquisa-ação na escola em uma prisão.** 128 f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física - Universidade Federal do Rio Grande do Sul , 2021.

- Descritores: Prática docente *AND* Educação Física *AND* Privação de liberdade

1. SIZANOSKY, L. H. da S. N. **Curadoria do conhecimento na prática educativa: uma proposição metodológica para a educação em privação de liberdade.** 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional Uninter, 2019.

2. BESSIL, M. H. **A prática docente de educação de jovens e adultos no sistema prisional: um estudo da psicodinâmica do trabalho.** 2015. 217f. Dissertação (Mestrado em Psicologia social e Institucional) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
3. ROSENAU, N, R. **Práticas de educação física no cárcere: tecnologias digitais como recurso pedagógico.** 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Teoria e Prática de Ensino) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
4. SOUZA, C. M. **Educação física na medida socioeducativa de internação: um estudo sobre práticas educativas e mecanismos de resistência.** Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018
5. CUSTODIO, G. C. C. **A educação física em “celas de aula”: possibilidades e desafios de professores iniciantes atuantes em unidades prisionais.** 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.
6. DUARTE, Alisson José Oliveira. **Processo de constituição da identidade profissional de professores da educação escolar de uma unidade prisional de Minas Gerais.** 2017. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós--Graduação em Educação, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2017.

## ANEXO C - UNIDADES E ESCOLAS PRISIONAIS



SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
 GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS – GEJAI  
 UNIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS – UEJAI

UNIDADE PRISIONAL	ESCOLA	MUNICÍPIO
<p><b>PJALLB</b>            PRESÍDIO JUIZ ANTÔNIO LUIZ            LINS DE BARROS            Tipo de Segurança: média            Endereço: Av. Liberdade S/N, –            Curado, Recife- PE, CEP:            50.920-310</p> <p><b>PAMFA</b>            PRESÍDIO ASPIRANTE            MARCELO FRANCISCO DE            ARAÚJO            Tipo de Segurança: média            Endereço: Av. Liberdade S/N,            Curado, Recife-PE, CEP:            50.920-310 <b>(ANEXO)</b></p>	<p><b>Escola Estadual Professor Joel            Pontes</b>  <b>Endereço:</b> Av. Liberdade,            Sancho, Recife-PE, CEP:            50.020-360  <b>Telefone:</b> 3184-2261/3181-            4151/3124-2265</p>	Recife
<p><b>PFDB</b>            PRESÍDIO FREI DAMIÃO DE            BOZZANO</p>	<p><b>Escola Estadual N<sup>a</sup> Senhora            das Graças</b></p>	Recife

<p>Tipo de Segurança: média Endereço: R. Orfeu do Carnaval, s/n, Sancho, Recife- PE, – CEP: 50.920-690</p>	<p>Rua Orfeu Carnaval, s/n, Sancho, Recife-PE, CEP: 50.920-690. <b>Telefone:</b> 3181-2638/3181-2639</p>	
<p><b>CPFR</b> COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE Tipo de Segurança: máxima Endereço: Rua do Bom Pastor, nº 1407, Engenho do Meio, Recife-PE, CEP: 50.670-260</p>	<p><b>Escola Estadual Olga Benário</b> <b>Prestes</b> Rua Bom Pastor, nº 1407, Engenho do Meio, Recife-PE <b>Telefone:</b> 3181-4032/3181-4033</p>	Recife

<p><b>CPFAL</b> COLÔNIA PENAL FEMININA DE ABREU E LIMA Tipo de Segurança: máxima Endereço: Av. Rinaldo Pinho Alves, nº 50, CAETÉS II-PE, CEP: 53.540-170</p>	<p><b>Escola Estadual Irmã Dulce</b> Avenida Doutor Rinaldo Pinho Alves, nº 50, CAETÉS II-PE <b>Telefone:</b> 3181-2669</p>	Abreu e Lima
<p><b>PIG</b> PRESÍDIO DE IGARASSU Tipo de Segurança: Máxima Endereço: BR. 101 Norte, KM 32,5, Tabatinga, Igarassu-PE, CEP: 53.610-970</p>	<p><b>Escola Estadual Dom Hélder</b> <b>Câmara</b> BR. 101 Norte, Km 32,5, Tabatinga, Igarassu-PE <b>Telefone:</b> 3184-2316/3181- 4794/4793</p>	Igarassu

<p><b>PAISJ</b> PENITENCIÁRIA AGRO-INDUSTRIAL SÃO JOÃO Tipo de Segurança: mínima Endereço: Engenho São João, s/n, Ilha de Itamaracá-PE, CEP: 53.900-000</p>	<p><b>Escola Estadual Juiz Luiz Antônio Lins de Barros</b> Penitenciária Agro Industrial São João, Engenho São João, s/n, Ilha de Itamaracá-PE <b>Telefone:</b> 3181-4149/4150</p>	<p>Itamaracá</p>
<p><b>HCTP</b> HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO Tipo de Segurança: média Endereço: Engenho São João, s/n, Ilha de Itamaracá-PE, CEP: 53.900-000</p>	<p><b>Escola Estadual Médico Ruy do Rego Barros</b> Rua Engenho São João , s/n, Ilha de Itamaracá-PE <b>Telefone:</b> 3181-4874/4875</p>	<p>Itamaracá</p>
<p><b>PPBC</b> PENITENCIÁRIA PROFESSOR BARRETO CAMPELO Tipo de Segurança: máxima Endereço: Engenho Macaxeira, s/n,– Itamaracá, Itamaracá-PE, CEP: 53.900-550</p>	<p><b>Escola Estadual Poeta Olegário Mariano</b> Rua Engenho Macaxeira, s/n, Itamaracá, Itamaracá-PE <b>Telefone:</b> 3181-4878/4879</p>	<p>Itamaracá</p>
<p><b>PRRL</b> PRESÍDIO Dr. ROENILDO DA ROCHA LEÃO - (PALMARES) Tipo de Segurança: média Endereço: Av. José Américo de Miranda, PE 96, Km 01, s/n, Palmares-PE, CEP: 55.540-000</p>	<p><b>Escola Estadual Padre André Albert</b> Presídio Dr. Rorenildo da Rocha Leão, s/n, Sítio A-PE, 96, Km 01 <b>Telefone:</b> (81) 3661-8192</p>	<p>Palmares</p>

<p><b>PABA</b>  PRESÍDIO ADVOGADO BRITO  ALVES - (ARCOVERDE)  Tipo de Segurança: média  Endereço: Rua Nova Projetada,  s/n, São Cristóvão, Arcoverde-  PE, CEP: 56.500-000</p>	<p><b>Escola Estadual Dircélio  Ferreira de Paiva Jr.</b>  Rua Hilda Pacheco Magalhães,  s/n, São Cristóvão, Arcoverde-PE  <b>Telefone:</b> (87) 3821-8222/(87)  3821-8223</p>	<p>Arcoverde</p>
<p><b>PDAD</b>  PRESÍDIO DESEMBARGADOR  AUGUSTO DUQUE -  (PESQUEIRA)  Tipo de Segurança: média  Endereço: Loteamento Novo  Pontal, s/n, Prado, Pesqueira-  PE, CEP: 55.200-000</p>	<p><b>Escola Estadual Odete  Andrade Alves</b>  Loteamento Novo Portal, s/n,  Prado, Pesqueira-PE</p>	<p>Pesqueira</p>
<p><b>CPF B</b>  COLÔNIA PENAL  FEMININA DE  BUÍQUE - Tipo  de Segurança:  média  Endereço: Rua Amélia  Cavalcanti, s/n,  Centro, Buíque-PE,  CEP: 55.520-000</p>	<p><b>Escola Estadual Vigário João  Inácio (ANEXO)</b>  Av. Dom Amelia Cavalcanti, 157,  Buíque-PE  <b>Telefone:</b> (87) 3855-1397/(87)  3855-2810/(87) 3855-2811/(87)  3855-1352</p>	<p>Buíque</p>
<p><b>CRA</b>  CENTRO DE  RESSOCIALIZAÇÃO DO  AGRESTE –  (CANHOTINHO)</p>	<p><b>Escola Estadual Monsenhor  Adelmar Mota</b>  Fazenda Nascimento, s/n,  Centro, Canhotinho-PE  <b>Telefone:</b> (87) 3781-2830</p>	<p>Canhotinho</p>

<p>Tipo de Segurança: média Endereço: Fazenda Nascimento, s/n, Centro, Canhotinho-PE, CEP: 55.420-000</p>		
<p><b>PJPS</b> PENITENCIÁRIA JUÍZ PLÁCIDO DE SOUZA – (CARUARU ) Tipo de Segurança: média Endereço: Av. Espírito Santo, nº 36, Vassoural, Caruaru-PE, CEP: 55.000.00</p>	<p><b>Escola Estadual Gregório Bezerra</b> Av. Espírito Santo, nº 39, Vassoural, Caruaru-PE <b>Telefone: (81) 3727-7857</b></p>	<p>Caruaru</p>
<p><b>PDEPG</b> PENITENCIARIA Dr. ENIO PESSOA GUERRA- (LIMOEIRO) Tipo de Segurança: máxima Endereço: PE 90, Km 23, Zona Rural , Sítio Quebrajejum, Limoeiro-PE, CEP: 55.700-000</p>	<p><b>Escola Estadual Paulo Freire</b> Rodovia PE 90, Km 23 Penitenciaria Dr. Enio Pessoa Guerra, s/n, Coqueiros <b>Telefone: (81) 3628-8823/8634</b></p>	<p>Limoeiro</p>
<p><b>PDEG</b> PENITENCIARIA Dr. EDVALDO GOMES - (PETROLINA) Tipo de Segurança: máxima Endereço: Av. Jatobá, nº 640, Henrique Leite, Petrolina-PE, CEP: 56.300-000</p>	<p><b>Escola Estadual Bento XVI</b> Av. Fazenda Jatobá, nº 640, Jatobá <b>Telefone: (87) 3866-6646</b> Rodovia Estrada Jatobá Carneiro, Petrolina-PE</p>	<p>Petrolina</p>

<p><b>PSAL</b> PRESIDIO DE SALGUEIRO. Tipo de segurança: máxima Endereço: Loteamento São José, BR – 232, km 519, Salgueiro-PE, CEP: 56.000-000</p>	<p><b>Escola Estadual Professora M<sup>a</sup> da Conceição Cisneiro Sampaio (ANEXO)</b> Loteamento Nossa Senhora da Conceição, BR 232, s/n <b>Telefone: (87) 3871-8487/8488</b></p>	Salgueiro
<p><b>PSC</b> PRESÍDIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE Tipo de Segurança: média Endereço: Rod. PE-160, s/n, Malaquias Cardoso, Santa Cruz do Capibaribe-PE, CEP: 55.190-000</p>	<p><b>Escola Estadual Dr. Adilson Bezerra de Souza (ANEXO)</b> Av. Brasil, nº 300, Nova Santa Cruz <b>Telefone: (81)3731-2888</b></p>	Santa Cruz do Capibaribe
<p><b>PVSA</b> PRESÍDIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Tipo de segurança: máxima Endereço: Rua da Cadeia, s/n, Lídia Queiroz, Vitória de Santo Antão-PE, CEP: 56.602-970</p>	<p><b>Escola Estadual Amélia Coelho (ANEXO)</b> Jornalista Jose Miranda, nº 20, Matadouro <b>Telefone: (81) 3526-8921/3526-8921</b></p>	Vitória